



ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PATOS
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO - CPL

COMPROVANTE DE RETIRADA DE EDITAL

Visando a comunicação futura entre este Município e sua empresa, solicitamos o preenchimento do recibo de retirada do Edital e que seja o mesmo enviado a Comissão Permanente de Licitação, por meio do e-mail licitacao@patos.pb.gov.br.

A não remessa do recibo exime a Prefeitura Municipal de Patos - PB, da responsabilidade da comunicação, por meio de e-mail, de eventuais esclarecimentos e retificações ocorridas no instrumento convocatório, bem como de quaisquer informações adicionais, não cabendo posteriormente qualquer reclamação.

RECIBO

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº: 039/2018
TOMADA DE PREÇOS Nº: 04.004/2018
DO TIPO: MENOR PREÇO

OBJETO: Contratação de empresa especializada para prestação de serviços técnicos profissionais de engenharia e topografia para elaboração de levantamentos topográficos, elaboração de Projetos e Consultoria nas obras do município de Patos - PB.

Empresa:	CNPJ:
Endereço:	
Cidade:	Estado:
Fone:	E-mail:
Nome (Por Extenso):	
RG:	Data:
Assinatura (Representante Legal)	



ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PATOS
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO - CPL

EDITAL DE LICITAÇÃO

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº: 069/2018
TOMADA DE PREÇOS Nº: 04.004/2018
DO TIPO: MENOR PREÇO

DATA DA REALIZAÇÃO: 29/03/2018.
HORÁRIO: a partir das 08:30 horas.

1 - PREÂMBULO

O Município de Patos, com sede na Rua Epitácio Pessoa, 91, Centro, Patos - PB, CEP: 58.700-020, vem por meio da Comissão Permanente de Licitações - CPL, nomeada pela Portaria n.º 0001/2018, tornar público aos interessados que se acha aberta, nesta unidade, licitação pública na modalidade **TOMADA DE PREÇOS**, a qual que será regida pela:

- Lei Federal n.º 8.666/93 e suas alterações;
- Lei Complementar n.º 123/20026;
- Demais normas regulamentares aplicáveis à espécie; e
- Demais exigências previstas neste Edital e seus Anexos.

A sessão de processamento da TOMADA DE PREÇOS, será realizada na SALA da Comissão Permanente de Licitação - CPL, sito no Centro Administrativo Aderbal Martins, Rua Horácio Nóbrega, S/N - Belo Horizonte, (1.º Andar) - Patos/PB, com início no dia 29 de Março de 2018, a partir das 08:30 horas, quando deverão ser apresentados, no início, os documentos exigidos neste Edital.

Caso não ocorra expediente no dia marcado para abertura da supracitada sessão, a mesma será remarcada automaticamente, para o primeiro dia útil subsequente.

No interesse da Administração, sem que caiba às participantes qualquer recurso ou indenização, poderá a licitação ter:

- Adiada sua abertura; e
- Alterado o Edital, com fixação de novo prazo para realização da licitação.

Os serviços ora licitados objetivam atender à solicitação da Secretaria Municipal de Infraestrutura - SEINFRA, devidamente autorizados pelo Prefeito Constitucional deste município, o Senhor Dinaldo Medeiros Wanderley Filho, e serão contratados sob a forma de execução indireta e no regime de **"EMPREITADA POR PREÇO GLOBAL"**, através do tipo de licitação **"MENOR PREÇO"**.

O aviso do Edital desta Licitação, será publicado no Diário Oficial do Município de Patos - PB, Diário Oficial do Estado da Paraíba, Jornal de Grande Circulação e Diário Oficial da União.

2 - DO OBJETO, VALOR, PRAZO, CAPITAL SOCIAL E NORMAS

- 1.1. A presente licitação tem por objeto a Contratação de empresa especializada para prestação de serviços técnicos profissionais de engenharia e topografia para elaboração de levantamentos topográficos, elaboração de Projetos e Consultoria nas obras do município de Patos - PB, com valor estimado em R\$ 384.775,68 (Trezentos e oitenta e quatro mil, setecentos e setenta e cinco reais e sessenta e oito centavos);



ESTADO DA PARAIBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PATOS
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO - CPL

- 2.2. O prazo para início dos serviços é de até 5 (cinco) dias corridos após a emissão da "Ordem de Serviço".
- 2.3. O prazo de vigência do(s) instrumento(s) contratual(is) será(m) de 12 (doze) meses, podendo este ser rescindido ou ter seu prazo prorrogado por períodos sucessivos, obedecendo ao disposto no inc. II do art. 57, da Lei nº 8.666/93, mediante a celebração de Termos Aditivos.
- 2.4. Qualquer modificação, substituição de material especificado e/ou suplementação, eventualmente a ser executado pela CONTRATADA, dependerá de aprovação prévia do Município de Patos, passando automaticamente à propriedade do mesmo, que poderá fazer do mesmo o uso que lhe aprovar.

3 - RECURSOS FINANCEIROS

- 3.1. Os recursos financeiros, necessários para o referido serviço serão provenientes da dotação orçamentária:

Unidade Orçamentária: 02.070 - Secretaria de Infraestrutura
Classificação Funcional: 15 122 2007 2021
Elemento de Despesa: 3390.36/3390.39

Unidade Orçamentária: 02.150 - Secretaria de Serviços Públicos
Classificação Funcional: 15 122 2015 2105
Elemento de Despesa: 3390.36/3390.39

4 - EDITAL E ANEXOS

- 4.1. Este Edital poderá ser adquirido por qualquer interessado através do site www.patos.pb.gov.br (em campo específico, referente às Licitações do município), solicitado através do E-mail: licitacao@patos.pb.gov.br ou na SALA da Comissão Permanente de Licitação - CPL, sito no Centro Administrativo Aderbal Martins, Rua Horácio Nóbrega, S/N - Belo Horizonte, (1º Andar) - Patos/PB, no horário das 08:00 horas às 14:00 horas

5 - VALIDADE DA PROPOSTA

- 5.1. As propostas deverão permanecer válidas e em condições de aceitação por um período de no mínimo 60 (sessenta) dias consecutivos contados da data de sua entrega. Findo este prazo, ficam os participantes liberados dos compromissos assumidos.
- 5.2. Antes de expirar o período de validade da Proposta, a Comissão Permanente de Licitação poderá solicitar que o licitante estenda este período de vigência por um prazo adicional.

6 - CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

- 6.1. Poderão participar da presente licitação:

6.1.1. Poderão participar desta licitação, empresas interessadas, que na fase inicial de habilitação preliminar, comprovem possuir os requisitos mínimos de qualificação exigidos no edital para a execução do seu objeto.



ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PATOS
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO - CPL

- 6.1.2. Os interessados em participar da presente licitação, deverão ser previamente registrados no Cadastro de Fornecedores / Prestadores deste Órgão Licitante.
- 6.1.3. As empresas interessadas, ainda não cadastradas, que atenderem as condições exigidas pela Administração até o terceiro dia antecedente à data designada para o recebimento das propostas mediante apresentação dos documentos exigidos para tal, (artigo 22, § 2º, da Lei Federal nº 8.666/93).
- 6.1.4. Proponente com Capital Social no valor igual ou superior a 10% do valor do orçamento base para o qual irá concorrer. A comprovação deverá ser feita relativamente à data de apresentação da proposta, com a Certidão da Junta Comercial, na forma da lei, admitida a atualização, pela proponente, até a data da apresentação da proposta através de índices oficiais.
- 6.1.6. A Comissão Permanente de Licitações exigirá da (s) empresa (s) a comprovação do atendimento às exigências contidas neste item 6.1.
- 6.2. Estão impedidos(a) de participar da licitação:
- 6.2.1. Empresa ou firma entre cujos diretores, responsáveis legais ou técnicos, membros de conselho técnico, consultivo, deliberativo, administrativos ou sócios, figure quem seja servidor (efetivo ou comissionado) da Prefeitura Municipal de Patos;
- 6.2.2. O(s) autor(es) do projeto básico da obra, pessoa física ou empresa, da qual dito autor seja dirigente, gerente, acionista ou controlador, responsável técnico ou subcontratado;
- 6.2.3. Empresa que não comprove sua condição de firma legalmente constituída, e não apresente, em seu contrato social, a previsão da prestação dos serviços compatíveis ao objeto desta licitação;
- 6.2.4. Empresa que esteja cumprindo a penalidade de suspensão temporária imposta por qualquer Órgão da Administração Federal, Estadual ou Municipal, conforme RMS 32.628/SP de 14/09/2012 do Superior Tribunal de Justiça, bem como Acórdão 3.757-19/1, da lavra do Ministro Ubiratan Aguiar do Tribunal de Contas da União, Sessão do dia 07/06/2011, e/c Súmula nº 222, também do Tribunal de Contas da União;
- 6.2.5. Empresa que se encontre em processo de concordata, falência, dissolução, de fusão, de cisão, de incorporação ou de liquidação;
- 6.2.6. Empresa que pretenda concorrer formando consórcio de empresas e empresas que não sejam controladoras, coligadas ou subsidiárias entre si.
- 6.2.7. Empresa que estejam com o Certificado do Cadastro Geral de Fornecedores - CGF, vencido.
- 6.3. Qualquer empresa poderá participar da licitação, desde que atenda às condições exigidas no Edital.
- 6.3.1. Impugnação ao Edital



ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PATOS
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO - CPL

- a) Qualquer cidadão poderá impugnar os termos do presente edital, por irregularidade na aplicação da Lei nº 8.666/93, devendo protocolar o pedido até cinco dias úteis antes da data fixada para abertura dos envelopes de habilitação (art. 41, §1º da Lei 8.666/93), no endereço retro citado, devendo a Comissão julgar e responder a impugnação em até três dias úteis (art. 41, §1º da Lei 8.666/93).
- b) Decairá do direito de impugnar os termos do presente edital, a licitante que não o fizer até o segundo dia útil que anteceder a abertura dos envelopes de habilitação, hipótese em que tal comunicação não terá efeito de recurso (art. 41, §2º da Lei 8.666/93).
- c) A impugnação feita tempestivamente pela licitante não a impedirá de participar do processo licitatório até o trânsito em julgado da decisão a ela pertinente (art. 41, §3º da Lei 8.666/93).
- d) A Comissão de Licitação, na qualidade de órgão julgador do certame licitatório e no exercício de sua função decisória, deliberará a respeito.
- e) A decisão do julgamento da impugnação Administrativa será disponibilizada no site oficial da Prefeitura Municipal de Patos (www.patos.pb.gov.br) no Diário Oficial do Município e sua cópia integral, ficará acostada nos autos do processo.

7 - DO CREDENCIAMENTO DO REPRESENTANTE

- 7.1. Durante os trabalhos, só será permitida a manifestação do representante legal da licitante, devidamente credenciado.
- 7.2. Para se credenciar, os representantes deverão apresentar ao Presidente da Comissão Permanente de Licitação, no local, data e hora designada para a sessão de abertura da licitação, procuração pública, credenciamento conforme modelo nº 4 e contrato social da empresa acompanhado da cédula de identidade do representante legal, diretor ou sócio da empresa, que for acompanhar a licitação acompanhadas do original ou apresentando as fotocópias, que as mesmas sejam autenticadas por cartório competente com selo público.
 - a) Em se tratando de instrumento de procuração, este deverá ser público e assinado por quem de direito, outorgando ao seu representante poder para responder por ele e tomar as decisões que julgar necessária, durante o procedimento de habilitação e abertura da proposta. A falta deste documento não inabilita a licitante, ficando, porém impedido o representante não credenciado de qualquer interferência perante a licitação;
 - b) Quando a empresa se fizer representar por Diretor ou Sócio, deverá o mesmo, apresentar cópia autenticada da cédula de identidade e o Contrato Social da empresa, no original ou cópia autenticada;
 - c) As procurações, credenciamentos e as cópias das cédulas de identidade serão retidos pela Comissão Permanente de Licitação e juntadas ao processo de licitação.
- 7.3. Caso a representação se altere durante o processo de abertura e julgamento da licitação, o novo representante deverá apresentar, da mesma forma, os documentos retro relacionados.



ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PATOS
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO - CPL

- 7.4. A não apresentação dos documentos para credenciamento, ou a incorreção destes, não impedirá a licitante de participar da fase habilitatória, mas impedirá o representante de se manifestar e responder pela proponente.
- 7.5. Para usufruir dos benefícios da Lei Complementar n.º 123/2006 o licitante e/ou representante legal deverá comprovar esta condição no momento do credenciamento, certidão simplificada da Junta Comercial evidenciando o registro de enquadramento como ME ou EPP, conforme artigo 8º da DNRC n.º 103 de 30/04/2009, com data de emissão não superior a 30 (trinta) dias consecutivos.

8 - DA CONDIÇÃO DA APRESENTAÇÃO E ENTREGA DOS ENVELOPES

- 8.1. A proponente arcará com todos os custos relativos à elaboração e submissão de sua proposta. A Prefeitura Municipal de Patos não será responsável por nenhum desses custos, independentemente do desenvolvimento do processo licitatório.
- 8.2. A Comissão Permanente de Licitação receberá até às _____ horas do dia _____ de _____ de 2018, a documentação relativa à habilitação e a proposta, que deverão ser entregues em envelopes distintos, fechados, lacrados e rubricados em todas as suas aberturas, identificados "ENVELOPE 1 - DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO" e "ENVELOPE 2 - PROPOSTA DE PREÇOS", ambos contendo a seguinte indicação:

ENVELOPE N.º 01
DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

PREFEITURA MUNICIPAL DE PATOS
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO - CPL
PROCESSO ADMINISTRATIVO N.º 039/2018
TOMADA DE PREÇOS PÚBLICA N.º 04.004/2018
OBJETO:
NOME DO PROPONENTE:

ENVELOPE N.º 02
PROPOSTA DE PREÇOS

PREFEITURA MUNICIPAL DE PATOS
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO - CPL
PROCESSO ADMINISTRATIVO N.º 039/2018
TOMADA DE PREÇOS PÚBLICA N.º 04.004/2018
OBJETO:
NOME DO PROPONENTE:

- 8.3. Não serão aceitos documentos ou proposta enviada via fax, telex ou e-mail.
- 8.4. Os interessados que quiserem utilizar-se da via postal deverão encaminhar seus envelopes de documentação e proposta, dentro de um único invólucro, endereçado à Comissão Permanente de Licitação, o qual só será aceito até o horário da abertura dos trabalhos, sem qualquer violação de seu conteúdo.
- 8.5. Após o horário estabelecido neste Edital, nenhum envelope será recebido, sob nenhuma hipótese, bem como nenhum novo documento, sendo aceito somente nos casos de substituição, conforme previsto no item 7.3.



ESTADO DA PARAIBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PATOS
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO - CPL

- 8.6. O licitante deverá examinar cuidadosamente todas as instruções, condições, documentos padrão, exigências, leis, decretos, normas e especificações citados no Edital e em seus Anexos.
- 8.6.1. Cada volume (documentação e proposta) deverá estar assinado por representante legal e preferencialmente ser apresentado com todas as folhas numeradas em ordem crescente, apresentando ao final um "Folho de Encerramento", no qual se declare o número de folhas do volume.
- 8.7. Os licitantes deverão apresentar os documentos estritamente necessários, evitando duplicidade e a inclusão de documentos supérfluos ou dispensáveis.
- 8.8. O licitante poderá apresentar os documentos solicitados em original ou cópia autenticada por cartório competente, ou publicados em órgão de imprensa oficial, ou por membro da Comissão Permanente de Licitação da Prefeitura Municipal de Patos. Caso sejam apresentados documentos originais, os mesmos ficarão retidos no processo.
- 8.8.1. Não serão aceitos pela Comissão Permanente de Licitação os documentos que, sendo apresentados em cópias, suas reproduções se mostrem ilegíveis.
- 8.9. Os documentos a serem autenticados pela Comissão Permanente de Licitação deverão ser apresentados, para tal, impreterivelmente, até a abertura da sessão de Licitação.
- 8.10. Não serão aceitos documentos ou propostas apresentados por meio de fitas, discos magnéticos, filmes, CD-ROM ou disquetes.
- 8.11. Não serão aceitos protocolos em substituição aos documentos solicitados.
- 8.12. A Comissão Permanente de Licitação reserva-se o direito de solicitar o original de qualquer documento apresentado, sempre que tiver dúvida e julgar necessário.
- 8.13. A validade para os documentos apresentada será aquela constante de cada documento ou estabelecida em lei. Nos casos omissos, a Comissão Permanente de Licitação considerará como prazo de validade aceitável o de 30 (trinta) dias corridos, contados da data de sua emissão.

9 - DA DOCUMENTAÇÃO PARA HABILITAÇÃO - ENVELOPE Nº 1

- 9.1. Os documentos de Habilitação deverão ser organizados na ordem descrita neste instrumento, precedidos por um índice correspondente, podendo ser apresentados em original, por qualquer processo de cópia autenticada por cartório competente, pelos membros da Comissão Permanente de Licitação - CPL, ou publicação em órgão da imprensa oficial, quando for o caso, estando perfeitamente legíveis, sem conter borrões, rasuras, emendas ou entrelinhas, dentro do prazo de validade, e encerrados em envelope devidamente lacrado e irrevassável. Por ser apenas uma formalidade que visa facilitar os trabalhos, a ausência do índice de que trata este item, não inabilitará o licitante.
- 9.2. Quanto à Habilitação Jurídica:
- 9.2.1. Registro comercial, no caso de empresa individual;



ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PATOS
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO - CPL

- 9.2.2. Do Ato Constitutivo, Estatuto ou Contrato Social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de Sociedades Comerciais e, no caso de Sociedade por Ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores;
- 9.2.3. Inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhada de prova de diretoria em exercício;
- 9.2.4. Do Decreto de Autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no país, e Ato de Registro ou Autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir;
- 9.2.5. Alvará de Licença ou comprovação da autorização de Funcionamento da empresa expedido pelo Órgão Competente da sede da empresa interessada, vigente.
- 9.2.6. Documento de identidade e CPF dos sócios/proprietário da empresa.
- 9.2.7. Procuração pública e credenciamento conforme Modelo nº 04, passada pela licitante assinada por quem de direito, outorgando ao seu representante poder para responder por ele e tomar as decisões que julgar necessárias, durante o procedimento licitatório. A falta deste documento não inabilita a licitante, ficando, porém impedido o representante não credenciado de qualquer interferência durante a licitação;
- 9.2.8. Declaração expressa da licitante de inexistência de fato superveniente impeditivo da habilitação, de acordo com o Modelo nº 02 do presente Edital.
- 9.3. Quanto à Regularidade Fiscal e Trabalhista:
- 9.3.1. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual ou municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;
- 9.3.2. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas - CNPJ;
- 9.3.3. Prova de regularidade para com a Fazenda Federal, Estadual e Municipal do domicílio ou sede do licitante e do Município de Patos, com apresentação dos seguintes documentos:
- a) certidão negativa de débitos tributários, expedida pela Secretaria de Receita Federal acompanhada da certidão negativa de Dívida Ativa da União, em conjunto com a Previdência Social - INSS, de acordo com a Portaria n. 358/2014 (Certidão Negativa de Débitos relativos aos Tributos Federais e a Dívida Ativa da União), fornecida pela Procuradoria Geral da Fazenda Nacional do domicílio ou sede da firma interessada, ou outra equivalente, na forma da lei, sendo filial deverá apresentar no CNPJ da Filial;
 - b) certidão negativa de débitos tributários, expedida pela Fazenda Pública Estadual do domicílio ou sede da firma interessada, ou outra equivalente, na forma da Lei;
 - c) certidão negativa de débitos tributários, expedida pela Fazenda Pública Municipal do domicílio ou sede da firma interessada;



ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PATOS
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO - CPL

9.3.4. Prova de regularidade relativa à Seguridade Social e ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), demonstrando situação regular no cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei, com apresentação dos seguintes documentos:

- a) certidão negativa de débito, expedida pelo Instituto Nacional de Seguridade Social (INSS);
- b) certificado de regularidade com o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), expedido pela Caixa Econômica Federal;

9.3.5. Prova de regularidade junto à Justiça do Trabalho (CNDT), expedida pelo Poder Judiciário - Justiça do Trabalho, certificando que a empresa licitante Não Consta do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas, certidão emitida com base no art. 642-A da Consolidação das Leis Trabalho, acrescentado pela Lei nº 12.440, de 7 de julho de 2011, e na resolução Administrativa nº 1470/2011 do Tribunal Superior do Trabalho, de 24 de agosto de 2011.

9.4. Quanto à Qualificação Técnica:

9.4.1. Prova de registro da empresa e do responsável técnico no Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia - CREA. Se a empresa licitante for inscrita ou registrada em outra região, a certidão apresentada deverá ser obrigatoriamente visada pelo CREA, de acordo com o Art. 69 da Lei 5.194 de 24/12/1966 e Resolução nº 413, de 27/06/1997, do CONFEA, sendo tal procedimento simples, e solicitado no site do CREA, para segurança do Poder Público local.

9.4.2. Capacitação técnico-profissional - de acordo com as exigências que a Lei nº 8.666/93 aponta, subentende-se que o licitante possui atividade moderadamente contínua e assim então, deverá comprovar que possui na data da Licitação, responsável técnico, devidamente certificado pelo CREA, seja por contrato de prestação de serviços, seja por carteira de trabalho devidamente assinada, seja pelo contrato social da empresa, detentor de atestado de responsabilidade técnica de execução de serviços semelhantes, pertinentes e compatíveis ao objeto da presente licitação, conforme ANEXO I. A comprovação deverá se feita mediante a apresentação de Certidão de Acervo Técnico - CAT, emitida pelo CREA, em nome do (s) próprio (s) profissional (ais) de nível superior;

- a) É vedada a indicação de um mesmo profissional como Responsável Técnico por mais de uma Empresa proponente, fato este que desqualificará todas as envelopadas;

9.4.3. Comprovação de aptidão de desempenho técnico da licitante, devidamente registrado(s) no CREA/CAU da região onde os serviços forem executados, acompanhado(s) da(s) respectivas Certidão de Acervo Técnico - CAT, expedidas por esses Conselhos, que comprove(m) que a licitante tenha executado, pra órgão ou entidade da Administração Pública direta ou indireta, federal, estadual, municipal ou do Distrito Federal, ou ainda para empresa privada, obras/serviços de características técnicas similares às do objeto da presente licitação, cujas as parcelas de maior relevância técnica e de valores significativos são:

- a) Elaboração de projeto, orçamento e especificações técnicas de adequação de estrada vicinais;
- b) Elaboração de Projeto: Estrutural (Concreto Armado), Elétrico, Hidráulico e Sanitário destinado a construção e/ou reforma de unidades de ensino;



ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PATOS
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO - CPL

- c) Elaboração de Projeto, orçamento e especificações técnicas, destinado a implantação de sistema coletivo de captação, armazenamento e distribuição de água;
- d) Elaboração de Projeto: Estrutural (Concreto Armado), Elétrico, Hidráulico e Sanitário, destinado a construção de Complexo esportivo;
- e) Elaboração de Projeto: Estrutural (Concreto Armado), Elétrico, Hidráulico e Sanitário, destinado a construção e/ou reforma de Praças de eventos.
- f) Elaboração de Projeto: Estrutural (Concreto Armado), Elétrico, Hidráulico e Sanitário, destinado a construção, pavimentação asfáltico;
- g) Elaboração de Projeto: Estrutural (Concreto Armado), Elétrico, Hidráulico e Sanitário, destinado a construção, de Campo de Futebol;
- h) Elaboração de estudos e/ou projetos de topografia;

9.4.3.1 - O(s) atestado(s) e/ou certidão(ões) apresentada(s) deverá(ão) conter as seguintes informações básicas:

- a) Nome do Contratado e do Contratante;
- b) Nome do responsável(ais) técnico(s), seu(s) título(s) profissional(is) e número de registro(s) no CREA/CAU;
- c) Identificação do contrato (tipo ou natureza da obra);
- d) Localização da obra ou dos serviços;
- e) Serviços executados (Especificação e quantidade dos serviços executados);
- f) Data do início e término dos serviços

9.5. Quanto à Qualificação Econômico-Financeira:

9.5.1. Prova que possui, na data da apresentação da proposta, capital social mínimo no valor discriminado no ANEXO I, com a Certidão emitida pela Junta Comercial do Estado da sede da licitante, ou seja mínimo 10% do valor da obra, admitindo-se a atualização deste capital social com aplicação de índices oficiais, tudo em atenção ao que preconiza o parágrafo 3º do art. 31, da Lei 8.666/93.

9.5.2. Comprovação de prestação de garantia de proposta, no valor de 1% do valor dos serviços, sendo o valor de R\$ 3.847,75 (três mil, oitocentos e quarenta e sete reais e setenta e cinco centavos), em uma das modalidades a seguir:

- I. caução em dinheiro ou em títulos da dívida pública, devendo estes ter sido emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil e avaliados pelos seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério da Fazenda;
- II. seguro-garantia;
- III. fiança bancária;

a) No caso de caução em dinheiro, o depósito deverá ser efetuado na Tesouraria do Município - Prefeitura Municipal de Patos - PB, situada na Av. Epitácio Pessoa, 91 - Centro, Patos - PB, e o recibo emitido, deverá constar do Envelope nº 01 (Habilitação), nas demais hipóteses, deverá constar dentro do envelope nº 1 (Habilitação).

b) Esta garantia de Proposta não sofrerá nenhum processo de atualização monetária por parte da Administração, exceto na hipótese de ser efetuada em dinheiro.



ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PATOS
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO - CPL

c) A Garantia de Proposta será executada:

c1) Se o Licitante retirar sua proposta durante o período de validade; ou

c2) No caso do Licitante vencedor, se este, dentro do limite do tempo especificado, não assinar o contrato ou não fornecer a garantia de execução exigida.

d) A Garantia de Proposta feita sob a modalidade de Títulos da Dívida Pública, só será considerada válida se comprovada pelo proprietário quanto à liquidez, validade e registro do título junto ao Banco Central ou Banco do Brasil ou Caixa Econômica Federal.

e) A Garantia de Proposta deverá ser válida por pelo menos 30 (trinta) dias além da validade da proposta.

f) A Garantia de Proposta poderá ser convertida em parte da Garantia de Execução Contratual da licitante vencedora.

9.5.3. A apresentação do Balanço patrimonial e das demonstrações contábeis do último exercício social já exigíveis, devidamente registrados na respectiva junta comercial, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizado, quando ocorrer há mais de 3 (três) meses da data de apresentação da proposta, tomando como base a variação ocorrida no período, do ÍNDICE GERAL DE PREÇOS - DISPONIBILIDADE INTERNA - IGP-DI, publicado pela Fundação Getúlio Vargas - FGV ou de outro indicador que o venha substituir, sendo que:

9.5.3.1. Sociedades anônimas: apresentar cópia autenticada do balanço e demonstrações contábeis e da ata de sua aprovação devidamente arquivada na Junta Comercial, bem como, suas publicações no Diário Oficial e/ou Jornal de grande circulação;

9.5.3.2. Sociedades por quotas de responsabilidade limitada: apresentar cópias legíveis e autenticadas das páginas do Diário Geral onde o balanço patrimonial e demonstrações contábeis foram transcritos, devidamente assinados pelo contador responsável e por seus sócios, bem como dos termos de abertura e encerramento do Diário Geral, registrados na Junta Comercial ou Cartório Competente;

9.5.3.3. Tratando-se de empresa que ainda não embarcou o seu primeiro exercício contábil, deverá apresentar, em substituição ao item C.1, o balanço de abertura, considerando-o para fins de comprovação da boa situação financeira;

9.5.3.4. A comprovação da boa situação financeira a ser demonstrada pela licitante deverá ser através de memorial de cálculo juntado ao balanço, considerando os dados constantes no mesmo, que, quando não existente poderá ser utilizado o Modelo de Declaração de Índice Econômico-Financeiro, que o documento possua o carimbo, nome e assinatura e venha assinada pelo contador.



ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PATOS
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO - CPL

constando o número de registro no Conselho Regional de Contabilidade, a ser ratificada através dos seguintes índices:

I - Índice de Liquidez Corrente - calculado pela fórmula abaixo, e julgada habilitada à empresa que obtiver a pontuação final igual ou maior que 1 (hum);

$$LC = \frac{AC}{PC}$$

Onde: LC = Liquidez Corrente
AC = Ativo Circulante
PC = Passivo Circulante

II - Índice de Liquidez Geral - calculado pela fórmula abaixo, e julgada habilitada à empresa que obtiver a pontuação final igual ou maior que 1 (hum);

$$LG = \frac{AC + RLP}{PC + ELP}$$

Onde: LC = Liquidez Corrente
AC = Ativo Circulante
PC = Passivo Circulante
ELP = Exigível a longo prazo.

III - Índice de Solvência Geral - calculado pela fórmula abaixo, e julgada habilitada à empresa que obtiver a pontuação final igual ou menor que 1,5 (hum vírgula cinco décimos);

$$SG = \frac{AR}{PC + ELP}$$

Onde: SG = Solvência Geral
AR = Ativo Real
ELP = Exigível a Longo Prazo
PC = Passivo Circulante

9.5.3.5. Para atendimento ao disposto no §5º do Art. 31 da Lei nº 8.666/93, são definidos a seguir, os índices acima citados:

- Índice de Liquidez Corrente 1 (hum): representa a capacidade das empresas em saldar suas obrigações de curto prazo (um ano), honrando seus compromissos nas datas de vencimento. A maioria das obrigações classificadas no Passivo Circulante vence imediatamente após o encerramento do balanço. Somente o Imposto de Renda provisionado e os empréstimos contraídos são amortizados ao longo do próximo exercício;
- Índice de Liquidez Geral 1 (hum): contempla o entendimento do primeiro, visto que agrega a capacidade de pagamento em longo prazo, sem que a empresa tenha que dispor do Ativo Permanente;
- Índice de Solvência Geral 1,5 (hum vírgula cinco décimos): consolida a análise de boa situação da empresa, pois demonstrará a estrutura do capital onde a participação do capital de terceiros superior a 2/3 (dois terços) do capital próprio torna a empresa vulnerável a qualquer intemperie.

9.5.3.6. Nos casos em que as licitantes apresentarem resultado menor, em qualquer dos índices citados, estarão inabilitadas.

9.5.3.7. A comprovação do capital social deverá ser feita por uma das seguintes formas: através do Contrato Social com capital integralizado, através da Certidão da Junta Comercial, através da Publicação Oficial que conste o capital registrado (quando for o caso), ou ainda, (quando for o caso), por meio de Contrato Social registrado em Cartório de Registro de Títulos.



ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PATOS
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO - CPL

- 9.5.3.7.1. Quando o contrato social prevê promessa de integralização futura do capital social, a comprovação da integralização deverá ser feita através da prova de ingresso dos recursos/bens no patrimônio da empresa, da seguinte forma: a prova do depósito em conta bancária, entrada no caixa comprovada através da escrituração do livro diário, devidamente registrado no órgão competente ou a prova de tradição dos bens (Nota Fiscal para bens móveis e Registro de Escritura em Cartório para imóveis).
- 9.5.3.8. A comprovação do patrimônio líquido deverá ser feita por meio dos valores descritos no próprio Balanço Patrimonial.
- 9.5.3.9. As Microempresas (ME) ou Empresas de Pequeno Porte (EPP), ainda que sejam enquadradas no SIMPLES, deverão apresentar os documentos descritos nos itens anteriores.
- 9.5.3.10. Das empresas constituídas no ano em exercício independente de sua forma societária e regime fiscal, será exigida apenas a apresentação do Balanço de Abertura, dispensando-se a exigência de Índice de Liquidez.
- 9.5.4. Certidão Negativa de Pedido de Falência ou Concordata, expedido pelo Cartório Distribuidor da sede da pessoa jurídica, com data não superior a 30 (trinta) dias corridos;
- 9.5.5. Caso a empresa esteja cadastrada no Sistema Público de Escrituração Digital - SPED, deverá apresentar a seguinte documentação:
- Termos de Abertura e Encerramento do Livro Digital;
 - Balanço Patrimonial, nos termos do art. 5º da Instrução Normativa da Receita Federal do Brasil n.º 787, de 19 de novembro de 2007;
 - Demonstrativo de Resultado do Exercício;
 - Térmo de Autenticação do Livro Digital.
- 9.5.6. Declaração que não emprega menores de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e nem menores de 16 (dezesseis) anos em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 (quatorze) anos, em cumprimento ao estabelecido no inciso XXXIII, do artigo 7º da Constituição Federal, na Lei 9.854, de 27/10/1999, publicada no DOU de 28/10/1999, e inciso V do artigo 13 do Decreto n.º 3.555/2000, conforme Modelo n.º 05.
- 9.5.7. Para os documentos apresentados que foram fornecidos através da internet, não será necessária a autenticação em cartório.
- 9.6. Disposições Gerais de Habilitação:
- 9.6.1. As empresas, deverão ainda, apresentar dentro do Envelope de habilitação, a Certidão de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade, da Pessoa Jurídica e do seu sócio majoritário, obtidas no site:



ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PATOS
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO - CPL

http://www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php, por força do artigo 12 da Lei nº. 8.429/92.

9.6.2. Na hipótese de não constar prazo de validade nas certidões/documentos apresentados, a Administração aceitará como válidas as expedidas até 30 (trinta) dias imediatamente anteriores à data de abertura da sessão da presente licitação.

10 - PROPOSTA DE PREÇOS - ENVELOPE Nº 2

10.1. Deverá ser apresentado no Envelope Nº 2, devidamente fechado e inviolado, contendo os documentos abaixo relacionados. As folhas deverão, preferivelmente, ser do tamanho A4 e conter um índice dos documentos com as páginas correspondentes, numeradas em ordem crescente e rubricadas por elemento credenciado da proponente, apresentando ao final um "Termo de Encerramento" no qual se declare o número de folhas do volume, também assinado pelo representante legal.

10.2. Carta Proposta de Preços

10.2.1. A carta - proposta de preços deverá ser apresentada datilografada ou impressa por computador, elaborada em língua portuguesa em papel timbrado da licitante, sem emendas, rasuras ou entrelinhas, conforme Modelo Nº 01 sugerido em anexo, e deverá conter:

- a) razão social, endereço, telefone, fax, e o CNPJ/MF da proponente;
- b) nome do titular ou do representante legalmente constituído com a respectiva assinatura e nome do responsável técnico, com a respectiva assinatura;
- c) data;
- d) valor global da proposta, em moeda brasileira corrente, em algarismos e por extenso;
- e) prazo de validade da proposta de no mínimo 60 (sessenta) dias corridos contados a partir da data de abertura da licitação.
- f) declaração de que nos preços proposto estão incluídas todas as despesas com materiais e equipamentos, mão de obra, transportes, leis sociais, ferramentas, seguro, todos os tributos incidentes e demais encargos, unim, todos os custos diretos e indiretos necessários para execução completa dos serviços discriminados nos projetos;

10.3. Planilha de Serviços

10.3.1. A planilha de serviços deverá ser apresentada datilografada ou impressa por computador, em formulário timbrado da licitante, sem emendas, rasura ou entrelinhas, devendo conter:

- a) razão social;
- b) data;



ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PATOS
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO - CPL

- c) deverá ser feita uma planilha;
- d) item, discriminação do serviço, unidade, quantidade, preço unitário, total parcial e total geral;
 - d.1) todos os resultados das operações aritméticas realizadas na elaboração da proposta de preços, inclusive as parciais, devem ter suas partes decimais consideradas com duas casas, utilizando-se as regras matemáticas de aproximação (arredondamento).
- e) nome do titular ou do representante legalmente constituído com a respectiva assinatura na última folha e rubrica nas demais e nome do responsável técnico, com a respectiva assinatura na última folha e rubrica nas demais.
- f) Os preços propostos deverão ser apresentados por item de serviços, devendo ser apresentado uma planilha demonstrando o valor global, que será o valor tomado por base para julgamento, de acordo com os anexos e em conformidade com os projetos, as especificações e as demais peças fornecidas pela Prefeitura Municipal de Patos.

11 - DISPOSIÇÕES REFERENTES À PROPOSTA DE PREÇOS

- 11.1. A apresentação da proposta de preços na licitação será considerada como evidência de que a proponente examinou completamente os projetos, as especificações e demais documentos, que os comparou entre si, e que obteve as informações necessárias e satisfatórias sobre qualquer ponto duvidoso antes de preparar a sua proposta de preços, e que os documentos da licitação lhe permitiram preparar uma proposta de preços completa e satisfatória;
- 11.2. Fica entendido que os projetos, as peças gráficas, as especificações e os documentos são complementares entre si, de modo que qualquer detalhe que se mencione em um e se omita em outro será considerado especificado e válido.
- 11.3. Não será levada em consideração a proposta para execução parcial dos serviços, nem que contenham quaisquer ofertas de vantagens não previstas no Edital, ou que contiverem apenas o oferecimento de uma redução sobre a proposta de menor preço.
- 11.4. Fica facultado à Comissão Permanente de Licitação - CPL, solicitar aos licitantes a revalidação da proposta após a expiração do prazo de validade da proposta apresentada, caso seja de interesse dos mesmos.
- 11.5. Será desclassificada a Proposta de Preços que:
 - 11.5.1. seja incompleta, isto é, não contenha informações suficientes que permitam a perfeita identificação qualitativa e quantitativa da obra licitada;
 - 11.5.2. contiver qualquer limitação ou condição contrastante com este Edital, ou sejam manifestamente inexequíveis;

12 - RECEPÇÃO E ABERTURA DOS ENVELOPES



ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PATOS
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO - CPL

- 12.1. No dia, na hora e no local fixado neste Edital, a Comissão Permanente de Licitação receberá os envelopes fechados e inviolados dos Documentos de Habilitação (Envelope Nº 01) e Proposta de Preços (Envelope Nº 02).
- 12.2. Após a data e hora marcada para entrega dos Envelopes Nº 1 e Nº 2, mais nenhum será recebido.
- 12.3. Em nenhuma hipótese, será concedida prorrogação de prazo para apresentação ou substituição de documentos exigidos e não inseridos nos Envelopes Nº 1 e Nº 2. No entanto, o seu exclusivo critério, a Comissão Permanente de Licitação poderá solicitar informações ou esclarecimentos complementares que julgar necessário, bem como solicitar o original de documentos da proponente, devendo esta apresentá-lo num prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis seguintes ao pedido.
- 12.4. Após a abertura dos Envelopes Nº 01 e Nº 02, toda a documentação contida nestes serão rubricada pelos membros da Comissão Permanente de Licitação e representantes dos licitantes presentes e conferidos de acordo com as exigências deste Edital. Caso a Comissão Permanente de Licitação julgar necessário, poderá suspender a reunião para analisar os documentos apresentados, marcando nova data e horário em que comunicará sua decisão às licitantes.
- 12.5. Ocorrendo a hipótese prevista no item anterior, todos os envelopes contendo as propostas, devidamente fechados e rubricados pelos participantes, ficarão em poder da Comissão Permanente de Licitação até que seja decidida a habilitação.
- 12.6. Será lavrada ata circunstanciada de todas as reuniões públicas da licitação, que será submetida à apreciação dos licitantes, e será onde se registrará as reclamações, impugnações e demais ocorrências, devendo ser assinada por todos os presentes.

13 - ANÁLISE DOS DOCUMENTOS DA HABILITAÇÃO

- 13.1. Recolhidos os envelopes de habilitação e de proposta, a Comissão Permanente de Licitação procederá à abertura dos envelopes de documentação, para verificação do seu conteúdo em confronto com as exigências deste Edital.
- 13.2. A Comissão Permanente de Licitação, ao término dos trabalhos de análise dos documentos de habilitação, emitirá parecer conclusivo, logo após consultar as licitantes sobre possíveis impugnações que venham a ser solicitadas.
- 13.3. Após conferência e rubrica, pela Comissão Permanente de Licitação, dos documentos contidos nos envelopes de habilitação, os mesmos serão também analisados e rubricados por todas as licitantes credenciadas.
- 13.4. Conferidos e rubricados, a Comissão Permanente de Licitação poderá, a seu critério, suspender a reunião para proceder à análise detalhada dos documentos apresentados.
- 13.5. Após análise e parecer conclusivo da Comissão Permanente de Licitação, será o resultado divulgado em sessão pública na presença dos interessados e publicado no Diário Oficial do Município, Diário Oficial do Estado e em Jornal de Grande Circulação, abrindo-se o prazo recursal nos termos da Lei, ficando o processo com vista franqueada aos interessados.
- 13.6. Decorrido o prazo recursal e não tendo ocorrido interposição de recursos, ou depois de decididos os eventuais recursos interpostos, a Comissão Permanente de Licitação convocará os interessados



ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PATOS
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO - CPL

para a sessão pública de abertura dos Envelopes Nº 2 contendo a proposta das empresas habilitadas, ocasião em que serão devolvidos aos representantes credenciados os envelopes, devidamente fechados, contendo as propostas das empresas inabilitadas, quando for o caso.

- 13.7. Caso, após o exame da documentação apresentada, se consiga chegar à mesma sessão a uma conclusão sobre o resultado da presente etapa e houver renúncia expressa por parte de todos os licitantes ao direito de impetrar recurso, poderá a Comissão Permanente de Licitação, de imediato proceder à abertura dos Envelopes Nº 2 dos licitantes habilitados, devolvendo intacto o Envelope Nº 2 aos licitantes não habilitados.
- 13.8. Não ocorrendo dita renúncia e exercendo um ou mais licitantes seu direito à interposição de recursos no prazo legal, estes terão efeito suspensivo, o que será comunicado pela Comissão Permanente de Licitação aos demais licitantes, que poderão impugná-los no prazo de 05 (cinco) dias úteis seguintes.
- 13.9. Não será habilitada a proponente que deixar de apresentar qualquer documento exigido.
- 13.10. Qualquer documento que estiver incompleto, com rasura e/ou com borrão e/ou com prazo de validade vencido, será considerado nulo e sem validade para esta licitação.
- 13.11. Não serão aceitos protocolos em substituição a documentos.
- 13.12. É facultada à Comissão Permanente de Licitação, nesta, ou em qualquer outra fase da licitação, a promoção de diligência destinada a esclarecer ou a complementar a instrução do processo.
- 13.13. Será considerada habilitada a proponente cuja documentação atenda às exigências estabelecidas no Edital.

14 - ABERTURA DO ENVELOPE Nº 2 - PROPOSTA DE PREÇOS

- 14.1. Transcorridos os prazos legais, na data fixada para a reunião de abertura dos envelopes de Proposta de Preços, a Comissão Permanente de Licitação procederá à abertura dos Envelopes Nº 2 das proponentes habilitadas, lendo em voz alta o nome da proponente, o objeto, o valor global, o prazo de execução e o prazo de validade de cada proposta, que será fabricada pela Comissão e pelos representantes das proponentes presentes.
- 14.2. Na data aprazada devolverá também, às proponentes não habilitadas, os respectivos Envelopes Nº 2 fechados e inviolados. Caso a proponente não habilitada não se fizer representar neste ato, o envelope Nº 2, será devolvido após a homologação da licitação, a representante legal da licitante, devidamente identificado ou caso isso não ocorra, a Comissão Permanente de Licitação - CPL, poderá a seu critério, após passados 30 (trinta) dias corridos da data da homologação da licitação, inutilizar os envelopes que encontrarem-se em seu poder.

15 - JULGAMENTO E CLASSIFICAÇÃO DA PROPOSTA

- 15.1. A Comissão Permanente de Licitação julgará e classificará as proposta de preços e elaborará um relatório de suas conclusões, o qual será encaminhado para a autoridade competente para as demais providências.
- 15.2. O critério a ser utilizado no julgamento da proposta é o de menor preço para a execução dos serviços objeto desta licitação.



ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PATOS
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO - CPL

- 15.3. A proposta será classificada em ordem de valor crescente de acordo com o preço global, sendo considerada vencedora para fins de adjudicação a proposta da empresa habilitada que apresentar o menor preço global.
- 15.4. Não será levada em consideração a proposta que contiver rasuras, emendas, ressalvas ou entrelinhas.
- 15.5. A Comissão Permanente de Licitação fará a conferência da planilha de serviços, que contém os preços unitários e as quantidades propostas. Constatado erro aritmético este serão corrigido da seguinte maneira:
- a) se houver divergência nos sub totais provenientes dos produtos de quantitativos por preço unitário, a Comissão procederá à correção dos sub totais, mantendo-se os quantitativos, através da multiplicação do quantitativo estimado na Planilha Orçamentária da Prefeitura Municipal de Patos pelos respectivos valores apresentados na Planilha Orçamentária do licitante, prevalecendo o preço total corrigido. Se a licitante não aceitar a correção, sua proposta será desclassificada, garantindo-se seu acesso à memória de cálculo da Comissão Permanente de Licitação.
- 15.6. Para fim de rejeição, comparação e classificação da proposta de preços prevalecerá o valor global corrigido, quer seja para mais ou para menos.
- 15.7. Será desclassificada a Proposta de Preços que:
- 15.7.1. Estiver elaborada em desacordo com o presente Edital, ou que proponham qualquer oferta de vantagem não prevista no Edital, ou que apresentem preços ou vantagens baseadas nas ofertas das demais proponentes.
- 15.7.2. Conforme disposto no Art. 40, §2º, Inciso II da Lei Federal nº. 8.666/93, o valor constante na Planilha Orçamentária (Anexo II), é considerado como valor base, não sendo admitidos Propostas de Preços, superiores ao valor descrito na mesma, sob pena de desclassificação da proposta de preços apresentada.
- 15.7.3. Esta licitação será julgada de acordo com o disposto no art. 45, inciso I, da Lei Federal nº. 8.666/93 e suas alterações posteriores, não sendo admitidas propostas ofertadas com valores inexequíveis, ficando esse como valor proposto abaixo de 70% do valor máximo aceito, conforme constante na Planilha Orçamentária (Anexo II), deste Edital, atendendo assim o que manda o art. 48 da Lei 8.666/93 e alterações posteriores, resguardando o direito da comprovação da exequibilidade do valor proposto a Licitante, conforme art. 44, § 3º da Lei 8.666/93.
- 15.7.4. A planilha orçamentária apresentada pela licitante deverá ser equivalente a planilha base do Município de Patos, não podendo ser demasiadamente divergente (no âmbito equitativo) da planilha base do Município, haja vista as várias ocorrências de obras abandonadas após as primeiras fases de execução, quando empresas aumentam o valor da planilha na primeira fase para se ganhar mais e após isso abandonam a obra, com grande quantidade de lucro, deixando o município em significativo prejuízo, razão que a planilha de proposta a ser apresentada pela licitante deva ser equilibrada desde o primeiro item até o ultimo, onde tal planilha proposta será analisada por comissão do Departamento de



ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PATOS
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO - CPL

Engenharia da Secretaria de Infraestrutura - SEINFRA, para averiguação de tal proposta antes da homologação.

- 15.7.5. Venha a ser considerada inexecutável pela Comissão Permanente de Licitação, quando for razoável concluir que a proponente não seria capaz de executar o contrato ao preço de sua oferta, na forma estabelecida pela Lei nº 8.666/93 e suas alterações.
- 15.7.6. Fica facultado a COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO, quando do julgamento das "PROPOSTAS DE PREÇOS", solicitar das Licitantes a apresentação de Composição de Preços Unitários. Serão DESCLASSIFICADAS as "PROPOSTAS DE PREÇOS" em que a proponente não demonstre sua viabilidade através das composições de preços que justifiquem que os mesmos são coerentes com os de mercado, e onde os coeficientes de produtividade sejam compatíveis com a execução do CONTRATO
- 15.8. Ocorrendo empate no valor global entre duas ou mais propostas de preços, a Comissão Permanente de Licitação procederá ao sorteio, em sessão pública, para se conhecer a ordem de classificação, não sendo os casos contemplados da Lei Complementar Nº 123/06.
- 15.9. De acordo com o disposto na Lei Complementar Nº 123/06, será assegurado como critério de desempate, preferência de contratação para as Microempresas - ME e Empresas de Pequeno Porte - EPP.
- 15.9.1. Entende-se por empate aquelas situações em que as propostas apresentadas pelas Microempresas - ME e Empresas de Pequeno Porte - EPP sejam iguais ou até 10% (dez por cento) superiores à proposta mais bem classificada.
- 15.9.2. O disposto no Artigo 44 da LEI COMPLEMENTAR Nº 123, somente se aplicará quando a melhor oferta inicial não tiver sido apresentada por Microempresas - ME ou Empresa de Pequeno Porte - EPP.
- 15.10. Persistindo a igualdade, o desempate será mediante sorteio, em reunião pública marcada para este fim.
- 15.11. A Comissão de Licitações reserva-se o direito de exigir, em qualquer época ou oportunidade, os documentos ou informações complementares que julgar necessários ao perfeito entendimento e compreensão dos documentos apresentados.

16 - ADJUDICAÇÃO, HOMOLOGAÇÃO E CONTRATAÇÃO

- 16.1. Se nenhuma irregularidade for verificada, a Comissão Permanente de Licitação, após o julgamento, encaminhará ao Prefeito do Município, para adjudicação e homologação dos serviços à proponente que maiores vantagens oferecer à administração.
- 16.2. A execução da obra dar-se-á mediante termo de contrato de empreitada, a ser firmado entre a Prefeitura Municipal de Patos e a proponente vencedora da licitação, após a homologação da licitação.
- 16.3. A proponente vencedora será convocada para, dentro do prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, sob pena de desclassificação, sujeitando-se, ainda, às penalidades previstas em lei, assinar o termo de contrato de empreitada, conforme Modelo Nº 09, em anexo.



ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PATOS
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO - CPL

- 16.4. É facultado à Prefeitura Municipal de Patos, quando a convocada não assinar o termo de contrato de empreitada no prazo e nas condições estabelecidas, convocar a segunda classificada, e, não o fazendo, convocar a terceira classificada e assim sucessivamente até se efetivar a formalização do termo de contrato de empreitada, ou revogar a licitação independente das penalidades previstas no presente Edital.
- 16.5. Até a assinatura do termo de contrato de empreitada, a Prefeitura Municipal de Patos poderá desclassificar, por despacho fundamentado, qualquer proponente, desde que haja conhecimento de qualquer fato ou circunstância, anterior ou posterior ao julgamento da licitação, que desabone sua idoneidade ou capacidade financeira, técnica ou administrativa, sem que lhe caiba indenização ou ressarcimento e sem prejuízo de outras sanções cabíveis,

17 - RECURSOS

- 17.1. É facultado a qualquer proponente formular reclamações e impugnações no transcurso das sessões públicas da licitação, que deverão constar nas atas dos trabalhos.
- 17.2. Os recursos, cabíveis nos termos do inciso I do art. 109 da Lei Federal nº 8.666/93, serão interpostos, por escrito, e encaminhados à Comissão Permanente de Licitação, via Protocolo Administrativo na sede desta Prefeitura, não sendo permitido recurso por meio de e-mail's, fax ou similares.
- 17.3. Interposto recurso, abrir-se-á vista do mesmo aos licitantes, pelo prazo legal, nos termos do § 3º do art. 109 da Lei nº 8.666/93. Impugnado ou não o recurso, a Comissão Permanente de Licitação o apreciará e decidirá pela manutenção ou reforma do ato recorrido.

18 - PRAZOS DE EXECUÇÃO

- 18.1. O prazo total previsto para a execução dos serviços será de 12 (doze) meses, contados a partir do recebimento da "Ordem de Serviço" pela empresa a ser contratada.

19 - PENALIDADES

- 19.1. Caberá ao Órgão Gerenciador, a seu juízo, após a notificação por escrito de irregularidade pela unidade requisitante, aplicar ao detentor do contrato, garantidos o contraditório e a ampla defesa, as seguintes sanções administrativas:

19.1.1. Pelo descumprimento total da obrigação assumida, caracterizado pela recusa do fornecedor em assinar o contrato, aceitar ou retirar a nota de empenho ou documento equivalente no prazo estabelecido, ressalvados os casos previstos em lei, devidamente informados e aceitos:

- a) Multa de dez por cento sobre o valor constante da nota de empenho ou contrato;
- b) Cancelamento do preço contratado;
- c) Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a administração no prazo de até dois anos.

19.1.1.1. As sanções previstas neste subitem poderão ser aplicadas cumulativamente.



ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PATOS
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO - CPL

- 19.1.2. Por atraso injustificado no cumprimento de contrato de fornecimento:
- Multa de 0,5% (meio por cento), por dia útil de atraso, sobre o valor da prestação em atraso até o décimo dia;
 - Rescisão unilateral do contrato após o trigésimo dia de atraso.
- 19.1.3. Por inexecução total ou execução irregular do contrato de fornecimento ou de prestação de serviço:
- Advertência, por escrito, nas falta leves;
 - Multa de 10% (dez por cento) sobre o valor correspondente à parte não cumprida ou da totalidade do fornecimento ou serviço não executado pelo fornecedor;
 - Suspensão temporária de participar de licitação e impedimento de contratar com a administração pública estadual por prazo não superior a 2 (dois) anos.
 - Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a administração pública municipal, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.
- 19.1.3.1. A penalidade prevista na alínea "h" do subitem 19.1.3. poderá ser aplicada de forma isolada ou cumulativamente com as sanções previstas nas alíneas "a", "b" e "d", sem prejuízo da rescisão unilateral do instrumento de ajuste por qualquer das hipóteses prescritas nos artigos 77 a 80 da Lei nº 8.666, de 1993.
- 19.1.3.2. Ensejará ainda motivo de aplicação de penalidade de suspensão temporária de participação em licitação ou impedimento de contratar com a administração de até dois anos e descredenciamento do Registro Cadastral da ADMINISTRAÇÃO, o licitante que apresentar documentação falsa, não mantiver a proposta e cometer fraude fiscal, sem prejuízo das demais cominações legais, nos termos da Lei nº 8.666, de 1993.
- 19.1.3.3. O fornecedor que não recolher as multas previstas neste artigo, no prazo estabelecido, ensejará também a aplicação da pena de suspensão temporária de participação em licitação ou impedimento de contratar com a administração, enquanto não adimplida a obrigação.
- 19.1.3.4. A aplicação das penalidades previstas nas alíneas "c" e "d" do subitem 19.1.3. será de competência exclusiva do prefeito municipal, facultada a ampla defesa, na forma e no prazo estipulado no parágrafo seguinte, podendo a reabilitação ser concedida mediante ressarcimento dos prejuízos causados e após decorrido o prazo de sanção mínima de dois anos.
- 19.2. Fica garantido ao fornecedor o direito prévio da citação e de ampla defesa, no respectivo processo, no prazo de cinco dias úteis, contado da notificação.
- 19.3. As penalidades aplicadas serão obrigatoriamente anotadas no registro cadastral dos fornecedores mantido pela Administração.



ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PATOS
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO - CPL

19.4. As importâncias relativas às multas deverão ser recolhidas à conta do Tesouro do Município.

20 - FISCALIZAÇÃO E RECEBIMENTO DOS SERVIÇOS

- 20.1. A fiscalização da execução dos serviços obra será feita por elemento ou empresa devidamente designada pela Prefeitura Municipal de Patos, com responsabilidades específicas e de conformidade com o contrato além das condições relacionadas neste capítulo.
- 20.2. A contratada deverá permitir que funcionários, engenheiros, especialistas e demais peritos enviados pela CONTRATANTE:
- inspecionem a qualquer tempo a execução dos serviços;
 - examinem os registros e documentos que considerarem necessários conferir.
- 20.3. A contratada deverá manter em todos os locais de serviços um perfeito sistema de sinalização e segurança, principalmente nos de trabalho em vias públicas, de acordo com as normas de segurança do trabalho.
- 20.4. A contratada deve manter no canteiro de obras, um projeto completo da obra, o qual deverá ficar reservado para o manuseio da fiscalização.
- 20.5. A contratada deve manter no local da obra o boletim diário de ocorrências, o qual, diariamente, deverá ser preenchido pelo encarregado da contratada e rubricado pela fiscalização.
- 20.6. Caso a contratada não execute, total ou parcialmente, qualquer dos itens ou serviços previstos, a contratante reserva-se o direito de executá-los diretamente ou através de terceiros. Ocorrendo a hipótese mencionada, a então contratada responderá pelos custos, através de glosas de créditos e/ou pagamento direto, inclusive podendo ficar suspensa de firmar contrato pelo prazo de até 02 (dois) anos com a Prefeitura Municipal de Patos, conforme a gravidade da infração e dos danos decorrentes. Estas sanções serão aplicadas sem prejuízo de outras previstas no Art.87 da Lei Federal Nº 8.666/93.
- 20.7. Assim que a execução da obra for concluída de conformidade com o contrato, será emitido Termo de Recebimento Provisório, o qual será o único comprovante da execução da obra, e será assinado pela fiscalização.
- 20.8. Após o prazo de 60 (sessenta) dias corridos do recebimento provisório será procedido o recebimento definitivo, através de comissão especificamente designada pela contratante, ocasião em que será lavrado Termo de Recebimento Definitivo. Durante esse período, a contratada terá sob sua responsabilidade o perfeito funcionamento do que foi por ela executado. Qualquer falha construtiva deverá ser prontamente reparada pela contratada, estando esta sujeita, ainda, às sanções indicadas no Capítulo XIX - PENALIDADES.

21 - SEGURANÇA E MEDICINA DO TRABALHO

- 21.1. A contratada deverá fornecer a todos os trabalhadores o tipo adequado de equipamento de proteção individual - EPI, quando dos atos vinculados e necessários a execução dos serviços objeto desta licitação.



ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PATOS
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO - CPL

- 21.2. A contratada deverá treinar e tornar obrigatório o uso do EPI, quando dos atos vinculados e necessários a execução dos serviços objeto desta licitação.
- 21.3. A contratada, em qualquer hipótese, não se eximirá da total responsabilidade quanto à negligência ou descumprimento da Lei Federal Nº 6.514 de 22/12/77, Portaria Nº 3.214 de 08/06/78, Normas Regulamentares - NR 01 a 28 e em especial as NR 04 a 06 e 18.
- 21.4. Cabe à contratada solicitar à contratante a presença imediata do responsável pela fiscalização em caso de acidentes na obra e/ou nos serviços e/ou nos bens de terceiros, para que seja providenciada a necessária perícia.
- 21.5. A contratada não será eximida de qualquer responsabilidade quanto à segurança individual e coletiva de seus trabalhadores.
- 21.6. Deverão ser observadas pela contratada todas as condições de higiene e segurança necessárias à preservação da integridade física de seus empregados, ao patrimônio da contratante e de outrem, e aos materiais envolvidos na obra e/ou serviços, de acordo com as Normas Regulamentadoras - NR aprovadas pela Portaria Nº 3.214, de 08/06/78, Lei Federal Nº 6.514, de 22/12/77.
- 21.7. Somente está autorizada a executar os serviços para a contratante a contratada que possuir profissionais qualificados e que estejam instruídos quanto às precauções relativas ao seu trabalho e apresentem estado de saúde compatível com as atividades desenvolvidas; portanto, os trabalhos nunca deverão ser executados sem que sejam analisados os riscos previstos, os sistemas de proteção individual e coletiva e estado geral das ferramentas e equipamentos utilizados.
- 21.8. A contratante atuará objetivando o total cumprimento das normas, conforme contido nos itens acima, estando autorizada a interditar serviços ou parte destes em caso de não cumprimento das exigências da Lei. Se houver paralisações, estas não serão caracterizadas como justificativa por atraso na obra e/ou serviços.
- 21.9. A contratada deverá de imediato, providenciar o atendimento das exigências da contratante. Para casos específicos em que a fiscalização conceder prazo de 48 (quarenta e oito) horas para atendimento das exigências, as prorrogações dos referidos prazos não poderão ultrapassar 15 (quinze) dias para o atendimento completo.
- 21.10. Esgotado o prazo descrito no item anterior, a contratante poderá promover as medidas que forem necessárias, cobrando da contratada as despesas daí decorrentes, sem prejuízo de outras penalidades previstas no termo de contrato de empreitada, inclusive a sua rescisão.
- 21.11. A contratada deverá ter no canteiro de obras cartão de ponto ou similar que comprove o horário de atividades dos funcionários contratadas pela mesma, bem como deverá existir também refeitório adequado com as normas trabalhistas, e ainda deverá haver banheiro adequado para os ditos funcionários além de água potável para beber durante a execução dos serviços, sendo que a falta destes quesitos poderão incorrer nas penalidades previstas no termo de contrato de empreitada, inclusive a sua rescisão.

22 - MATERIAIS, MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS

- 22.1. Todos os materiais, máquinas, equipamentos e mão de obra que serão utilizados necessários a execução dos serviços, deverão ser de responsabilidade da contratada e todos os custos de



ESTADO DA PARAIBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PATOS
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO - CPL

aquisição, de transporte, de armazenamento ou de utilização deverão estar incluídos nos preços unitários propostos.

- 22.2. A responsabilidade pelo fornecimento, em tempo hábil, dos materiais, máquinas e equipamentos será exclusivamente da contratada. Ela não poderá solicitar prorrogação do prazo de execução, nem justificar retardamento na conclusão dos serviços em decorrência do fornecimento deficiente dos mesmos.

23 - PAGAMENTO

- 23.1. O Município de Patos efetuará à contratada os pagamentos dos desembolsos, nas condições e prazos estipulados no contrato e de acordo com as medições efetuadas pela contratante;

- 23.2. O faturamento deverá ser apresentado, conforme segue, de modo a padronizar condições e forma de apresentação:

- nota fiscal/fatura, com discriminação resumida dos serviços executados de acordo com a medição efetuada, número da licitação, número do Contrato de Empreitada e outros dados que julgar convenientes, sem rasuras e/ou entrelinhas;
- atestado de medição e aceitação dos serviços concluídos, emitidos pela fiscalização da Prefeitura Municipal de Patos;
- Se a contratada for optante pelo SIMPLES - Sistema Integrado de Pagamento de Impostos e Contribuições das Microempresas e das Empresas de Pequeno Porte, deverá apresentar as cópias do Termo de Opção, do DARF-SIMPLES e da GPS com o número do CEI da obra.

- 23.3. O pagamento correspondente às medições efetuadas, se dará em moeda brasileira corrente em até 30 (trinta) dias após a apresentação das notas fiscais/faturas no Protocolo da Prefeitura Municipal de Patos, devidamente atestadas e protocoladas, desde que atendidas as condições para liberação das parcelas, sendo que tal prazo somente começará a correr mediante a existência de toda a documentação completa devidamente protocolada anexada ao processo de pagamento junto à respectiva Nota Fiscal e Boletim de Medição.

- 23.4. A fiscalização precederá às medições mensais baseadas nos serviços realizados, para que se permita a elaboração do processo de faturamento.

24 - REAJUSTE DE PREÇOS

- 24.1. A parcela dos preços contratuais em moeda corrente brasileira poderá ser reajustável com periodicidade anual, tomando-se por base a data de apresentação da proposta.

- 24.2. Após o prazo previsto no item 24.1, as parcelas remanescentes serão reajustadas pelo Índice Nacional do Custo da Construção (INCC), com a aplicação da seguinte fórmula de reajuste:

$$R = \frac{I_1 - I_0}{I_0} \times V$$

Onde:

R - Valor de reajustamento



ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PATOS
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO - CPL

I_1 = Índice do 12º mês após a apresentação da proposta

I_0 = Índice do mês de apresentação da proposta

V = Valor dos serviços realizados a preços iniciais

- 24.3. Caso o valor do índice não esteja disponível na data do cálculo do reajuste, utilizar-se-á o índice disponível e o cálculo do reajuste será corrigido no certificado de pagamento seguinte.
- 24.4. Os preços contratuais não serão reajustáveis no caso de atrasos injustificados, no prazo contratual da obra e/ou serviços.
- 24.5. As condições de reajustamento de preços acima estipuladas poderão vir a ser alterada, caso ocorra a superveniência de normas federais ou estaduais que disponham de forma diferente sobre a matéria.

25 - DA RESCISÃO CONTRATUAL

- 25.1. O contrato poderá ser rescindido pela Prefeitura Municipal de Patos, no todo ou em parte de pleno direito, em qualquer tempo, isento de quaisquer ônus ou responsabilidades, independentemente de notificação ou interposição judicial, em razão da inexecução total ou parcial do contrato ou ainda por razões de interesse público, de alta relevância de conformidade com os Artigos 77 a 79, seção V, da Lei Federal nº.8.666/93, sem qualquer espécie de indenização à contratada, quando se verificar:
- 25.1.1. O descumprimento das cláusulas contratuais, especificações e prazos, bem como de obrigações previstas na legislação que rege o presente;
- 25.1.2. A paralisação dos serviços sem justa causa e sem prévia comunicação à Prefeitura Municipal de Patos;
- 25.1.3. A subcontratação total ou parcial do objeto, a associação da contratada com outrem, a cessão, sub-rogação ou transferência, total ou parcial, bem como a fusão, cisão ou incorporação, sem a anuência expressa da contratante;
- 25.1.4. Falência, concordata ou dissolução da CONTRATADA;
- 25.1.5. Manifesta irresponsabilidade por parte da Contratada de cumprir com as obrigações assumidas;
- 25.1.6. Procedimento irregular da Contratada, que venha causar transtornos ou prejuízos para a Prefeitura Municipal de Patos e/ou terceiros;
- 25.1.7. Atraso e/ou interrupção, sem justificativa aceita pela Prefeitura Municipal de Patos, superior a 30 (trinta) dias corridos, com relação ao prazo total para a conclusão da obra e/ou serviços, não sendo o caso de prorrogação por meio de termo aditivo devidamente fundamentado;
- 25.1.8. O não recolhimento, nos prazos previstos, das multas impostas à CONTRATADA;



ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PATOS
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO - CPL

- 25.1.9. Descumprimento, pela CONTRATADA, das determinações da fiscalização da Prefeitura Municipal de Patos;
- 25.1.10. Inobservância dos projetos e especificações e/ou normas técnicas aprovadas pela Prefeitura Municipal de Patos;
- 25.1.11. Utilização deste contrato, para qualquer operação financeira sem a prévia autorização da Prefeitura Municipal de Patos;
- 25.1.12. Outros, conforme previsto no art. 78, da Lei federal nº 8.666 de 21 de junho de 1993 e suas ulteriores modificações;
- 25.2. A rescisão do contrato unilateralmente pela Prefeitura Municipal de Patos, fundamentada no artigo 78 da lei 8.666-93, acarretará as seguintes consequências, sem prejuízo de outras de caráter civil ou criminal, se necessárias:
- 25.2.1. Assunção imediata do objeto do contrato, por ato próprio da Prefeitura Municipal de Patos, mediante a lavratura de termo circunstanciado;
- 25.2.2. Responsabilização da Contratada por prejuízos causados à Prefeitura Municipal de Patos - PB;
- 25.3. No caso de rescisão por parte da Contratada deverá esta notificar a Prefeitura Municipal de Patos num prazo não inferior a 60 (sessenta) dias, com conteúdo fundamentado e comprovado, que será apreciado e deverá ter concordância da Prefeitura.
- 25.4. O contrato poderá também ser rescindido por mútuo acordo, desde que haja interesse público e conveniência para a Administração, ficando assegurado à contratada o pagamento do valor dos serviços executados até a data da rescisão.
- 25.5. Declarada a rescisão, seja amigável ou judicial, será elaborada num prazo de 10 (dez) dias um inventário relacionando tudo o que estiver no canteiro de obras, indicando seus respectivos proprietários, o qual servirá de base para os possíveis ajustes na liquidação dos interesses das partes contratantes.
- 25.6. No caso de rescisão unilateral em razão da necessidade pública, esta notificará a contratada com prazo de antecedência de 30 (trinta) dias acerca da necessidade e da rescisão.
- 25.7. A rescisão ocorrendo por culpa da contratada, incorrerá nas sanções e penalidades descritas da Lei Federal nº 8.666/93, Capítulo IV, Seção 1, art.ºs 81 à 108, bem como nas estabelecidas no Edital de Licitação e neste contrato, incorrendo ainda na referida declaração de inidoneidade estampada da lei, com prazos de proibição para contratar com o poder público pelo prazo de lei.

26 - DISPOSIÇÕES GERAIS

- 26.1. A Prefeitura Municipal de Patos se reserva o direito de revogar ou anular esta licitação, parcial ou totalmente, bem como rejeitar qualquer proposta ou todas elas, desde que as mesmas não atendam às condições estabelecidas neste Edital, sem que caiba às proponentes, a qualquer tempo, o direito de qualquer reclamação ou indenização, seja de que natureza for.



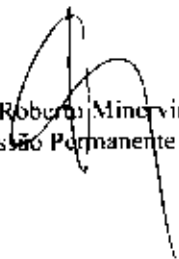
ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PATOS
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO - CPL

- 26.2. A Prefeitura Municipal de Patos poderá declarar a licitação fracassada, quando nenhuma da proposta de preços satisfizer o objeto e/ou o projeto e/ou as especificações e evidenciar que tenha havido falta de competição e/ou conluio.
- 26.3. A participação nesta licitação implica em pleno conhecimento e aceitação integral e irrevogável dos termos do seu Edital, assim como de sujeição às normas da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações posteriores.
- 26.4. Outras informações e esclarecimentos relativos ao contido no Edital poderão ser solicitados, por escrito, junto à Comissão Permanente de Licitação, até 05 (cinco) dias corridos antes da data fixada para entrega dos Envelopes Nº 1 e 2. As respostas serão enviadas por escrito, igualmente, a todas as proponentes, sem identificar a consulente, no prazo máximo de 3 (três) dias corridos que antecedem o recebimento dos Envelopes retro citados.
- 26.5. Fica estabelecido que toda ou qualquer informação, esclarecimento ou dado fornecidos verbalmente por servidores do Órgão Licitante não serão considerados como argumento para impugnações, reclamações e reivindicações por parte das proponentes.
- 26.6. A Prefeitura Municipal de Patos se reserva o direito de paralisar ou suspender, a qualquer tempo, a execução dos serviços, mediante pagamento único e exclusivo dos trabalhos efetivamente executados.
- 26.7. A critério exclusivo e mediante prévia e expressa autorização da Prefeitura Municipal de Patos, poderá a Contratada durante a execução do contrato, sem prejuízo das responsabilidades contratuais e legais, subcontratar partes dos serviços, devendo no caso, os ajustes de subcontratações serem aprovados pela Prefeitura Municipal de Patos. A Contratada, entretanto, será responsável perante a Prefeitura pelos serviços dos subcontratados, podendo, no caso de culpa destes, rescindir os respectivos ajustes.
- 26.8. A contratada não poderá ceder o contrato, no todo ou em parte, a nenhuma pessoa física ou jurídica, sem autorização prévia e expressa da Prefeitura Municipal de Patos.
- 26.9. Fica estabelecido que a Contratada deverá, às suas expensas, providenciar todo e qualquer controle tecnológico necessário à execução do(s) Projeto(s), objeto da Licitação.
- 26.12. A contratada é obrigada a reparar, corrigir, ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções.
- 26.13. A contratada assumirá integral responsabilidade pelos danos que causar à contratante ou a terceiros, por si ou seus representantes, na execução dos serviços contratados, ficando isenta a contratante de toda e qualquer reclamação que possa surgir em decorrência dos mesmos.
- 26.14. A contratada deverá atender ao que dispõe o Art. 7º da Constituição Federal, em seu inciso XXXIII.
- 26.15. A contratada deverá atender às determinações de fiscalização, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, e prestar toda assistência e colaboração necessária.
- 26.16. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento.



**ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PATOS
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO - CPL**

Patos - PB, 13 de Março de 2018.


Maikon Roberto Minevino
Presidente da Comissão Permanente de Licitações



ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PATOS
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO - CPL

MODELOS E ANEXOS



ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PATOS
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO - CPL

MODELO Nº 01

(razão social, endereço, telefone/fax e CGC/MF)

MODELO DE CARTA PROPOSTA DE PREÇOS

Local, ____ de ____ de 2018.

A
Prefeitura Municipal de Patos
At. da Comissão Permanente de Licitações
Patos - Paraíba

Ref.: Edital de Tomada de Preços Pública nº 04.004/2018

Prezados Senhores,

..... (nome da proponente) com endereço telefone
..... CNPJ nº vem pela presente submeter à apreciação de V. S. a proposta de
preços para execução dos serviços objeto da licitação em epígrafe, cabendo esclarecer que :

- a) O preço global para execução dos serviços é de:
R\$
conforme orçamento detalhado na planilha em anexo.
- b)

ITEM	ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO/SERVIÇO	QUANT. (MÊS)	VALOR MENSAL R\$	VALOR TOTAL R\$
01	Contratação de empresa especializada para prestação de serviços técnicos profissionais de engenharia e topografia para elaboração de levantamentos topográficos, elaboração de Projetos e Consultoria nas obras do município de Patos - PB	12		

c)

ORÇAMENTO

SINAPI	DESCRIÇÃO DO INSUMO	UNID.	QUANTIDADE	VALOR UNIT.	VALOR UNIT. C/ BDI	VALOR MENSAL	VALOR TOTAL (12 MESES)
90778	Engenheiro civil de obras pleno com encargos complementares	h	176.000				
88255	Auxiliar técnico de engenharia com encargos complementares	h	352.000				
90781	Topografo com encargos complementares	h	48.000				
88253	Auxiliar de topografo com encargos complementares	h	48.000				
88597	Desenhista detalhista com encargos complementares	h	176.000				
VALOR TOTAL (R\$)							

- d) O prazo de validade desta proposta é de 60 (sessenta) dias corridos.



**ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PATOS
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO - CPL**

- c) Nos preços propostos, estão incluídas todas as despesas com materiais, equipamentos, ferramentas, transportes, controle tecnológico de qualidade, cumprimento de exigências dos Órgãos de Meio-Ambiente, seguros em geral, mão-de-obra, encargos de legislação social, trabalhista, previdenciária, fiscal e comercial, infortúnio de trabalho, administração, lucro e quaisquer outras despesas diretas ou indiretas incidentes sobre os serviços.

Atenciosamente,

(nome e assinatura do responsável legal)
(carteira de identidade número e órgão emissor)

(nome e assinatura do responsável técnico)
(CREA/CAU - UF N° _____)



ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PATOS
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO - CPL

MODELO Nº 02

(razão social, endereço, telefone/fax e CGC/MF)

DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE FATOS SUPERVENIENTES
IMPEDITIVOS DA HABILITAÇÃO

A
Prefeitura Municipal de Patos
Att. Comissão Permanente de Licitações
Patos - Paraíba

Ref.: Edital de Tomada de Preços Pública nº 04.004/2018

O signatário da presente, em nome da proponente, declara, para todos os fins de direito, a inexistência de fatos supervenientes impeditivos da habilitação ou que comprometam a idoneidade da proponente nos termos do Artigo 2, parágrafo 2º, e Artigo 97 da Lei 4.666, de 21 de junho de 1993 e suas alterações subsequentes.

Local, ____ de ____ de 2018.

(nome e assinatura do responsável legal)
(carteira de identidade, número e órgão emissor)



ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PATOS
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO - CPL

MODELO Nº 03

(razão social, endereço, telefone/fax e CGC/ME)

MODELO DE CREDENCIAMENTO

Local, ___ de _____ de 2018.

À Comissão Permanente de Licitações

Ref.: Edital de Tomada de Preços Pública nº 04.004/2018

Prezados Senhores,

O abaixo assinado, portador da cédula de identidade RG nº emitida por na qualidade de responsável legal pela empresa CNPJ nº vem pela presente, informar a V^{as} S^{as} que o senhor portador da cédula de identidade RG nº emitida por CPP nº é a pessoa designada por nós para acompanhar a sessão de abertura e recebimento da documentação de habilitação e propostas de preços, bem como assinar atas e demais documentos a que se referir a licitação em epígrafe.

Atenciosamente,

(nome e assinatura do responsável legal)
(cédula de identidade, número e órgão emissor)



ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PATOS
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO - CPL

MODELO Nº 4

DECLARAÇÃO DE ATENDIMENTO AO INCISO XXXIII,
DO ART. 7º DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL

Ref.: Tomada de Preços Pública nº 04.004/2018

....., inscrito no CNPJ Nº, por intermédio de seu representante legal o (a) Sr. (a), portador(a) da Carteira de Identidade nº e do CPF nº DECLARA, para fins do dispositivo no inciso V do artigo 27 da Lei nº 8.66 de 21 de junho de 1993, acrescido pela Lei nº 9.854, de 27 de outubro de 1999, que não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de dezesseis anos.

Ressalva: emprega menor, a partir da quatorze anos, na condição de aprendiz ()

Local, _____ de _____ de 2018

(nome e assinatura do responsável legal)
(cédula de identidade, número e órgão emissor)

(Observação: em caso afirmativo, assinalar a ressalva acima).



ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PATOS
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO - CPL

MODELO Nº 05

DECLARAÇÃO DA CONDIÇÃO DE MICROEMPRESA - ME
OU EMPRESA DE PEQUENO PORTE - EPP

Ref.: TOMADA DE PREÇOS PÚBLICA nº 04.004/2018.

..... inscrito no CNPJ Nº por intermédio de seu representante legal o (a) Sr. (a) portador(a) da Carteira de Identidade nº e do CPF nº DECLARA, para os devidos fins e a quem possa interessar que atendo a condição de microempresa - ME ou de empresa de pequeno porte - EPP, para fins do tratamento diferenciado de que trata a LC nº 123/06 e não me encaixo nas restrições estabelecidas nos incisos do § 4º do art. 3º da citada Lei Complementar nº 123/2006, estando ciente das penalidades legais de natureza administrativa, civil e penal a que estou sujeito em caso de falso conteúdo das declarações prestadas.

Local, ____ de ____ de 2018

(nome e assinatura do responsável legal)
(cédula de identidade, número e órgão emissor)

.....
(contador - CRC)



ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PATOS
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO - CPL

MODELO N° 06

TOMADA DE PREÇOS PÚBLICA N° 04.004/2018

TERMO DE AQUISIÇÃO, CIÊNCIA E ACEITAÇÃO DAS CONDIÇÕES PARA
PARTICIPAÇÃO DO PRESENTE PROCESSO

O licitante abaixo declara ter adquirido cópia do edital e anexos do Processo Licitatório para participar da licitação abaixo nas formas da Lei Federal n° 8.666 de 21 de Agosto de 1993.

Declara ainda ter ciência de todas as prerrogativas do presente Edital e declara conhecimento de todas as documentações, exigências e condições para participação no presente certame.

Empresa : _____
CNPJ : _____
Endereço : _____
Cidade : _____

Modalidade: TOMADA DE PREÇOS PÚBLICA N° 04.004/2018

Objeto: Contratação de empresa especializada para prestação de serviços técnicos profissionais de engenharia e topografia para elaboração de levantamentos topográficos, elaboração de Projetos e Consultoria nas obras do município de Patos - PB.

Recurso:

Unidade Orçamentária: 02.070 - Secretaria de Infraestrutura
Classificação Funcional: 15 122 2007 2021
Elemento de Despesa: 3390.36/3390.39

Unidade Orçamentária: 02.150 - Secretaria de Serviços Públicos
Classificação Funcional: 15 122 2015 2105
Elemento de Despesa: 3390.36/3390.39

Local, _____ de _____ de 2018

(nome e assinatura do responsável legal)
(cédula de identidade, número e órgão emissor)
- Carimbo da Empresa -



ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PATOS
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO - CPL

MODELO Nº 07

DECLARAÇÃO DE ÍNDICE ECONÔMICO-FINANCEIRO

TOMADA DE PREÇOS PÚBLICA Nº 04.004/2018.

A empresa _____, inscrita no CNPJ (M.F.) sob o nº _____,
sediada à Rua/Avenida _____ nº _____,
Setor/Bairro _____ na cidade de _____ Estado de _____
e o seu CONTADOR o Sr. _____,
inscrito no CRC sob nº _____, **DECLARA** que as demonstrações abaixo correspondem a real
situação da Empresa, as quais foram obtidos no balanço do último exercício social.

LC = $\frac{AC}{PC}$ LC = Liquidez Corrente
AC = Ativo Circulante
PC = Passivo Circulante ≥ 1

LQ = $\frac{AC + ARLP}{PC + PELP}$ LG = Liquidez Geral
AC = Ativo Circulante
ARLP = Ativo Realizável
PC = Passivo Circulante
PELP = Passivo Exigível a longo prazo ≥ 1

SG = $\frac{AR}{PC + PELP}$ SG = Solvência Geral
AR = Ativo Real
PELP = Passivo Exigível a Longo Prazo
PC = Passivo Circulante ≥ 1

Local, _____ de _____ de 2018

(nome e assinatura do responsável legal)
(cédula de identidade, número e órgão emissor)
- Carimbo da Empresa -

Carimbo, nome e assinatura do CONTADOR e CRC

Observação: OS LICITANTES DEVERÃO DEMONSTRAR OS VALORES ENCONTRADOS PARA CADA ÍNDICE SOLICITADO ACIMA, NÃO SENDO DE RESPONSABILIDADE DA COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO OS CÁLCULOS REFERIDOS.



ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PATOS
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO - CPL

ANEXO 1

TERMO DE REFERÊNCIA

TOMADA DE PREÇOS PÚBLICA Nº 04.004/2018.

DATA E HORÁRIO: Dia ____ de ____ de 2018 às ____ horas.

1. OBJETO

1.1. A presente licitação tem como objeto a Contratação de empresa especializada para prestação de serviços técnicos profissionais de engenharia e topografia para elaboração de levantamentos topográficos, elaboração de Projetos e Consultoria nas obras do município de Patos - PB.

2. JUSTIFICATIVA

2.1. Tal necessidade justifica-se em razão da demanda relativa ao acompanhamento dos projetos necessários para dar sustentação ao desenvolvimento das ações de crescimento da infraestrutura, bem como os serviços eventuais de pequena reforma. Diante disso, faz-se necessária a contratação de empresa do ramo de engenharia para prestação dos serviços em comento, atuando em nome do município de Patos - PB e defendendo seus interesses.

3. OBJETIVO

3.1. Dar suporte técnico ao município de Patos - PB, no que diz respeito a supervisão das obras, confecção dos relatórios, estudos diversos (ex.: estudos ambientais, diagnósticos econômicos, considerando sempre a qualidade dos projetos, os requisitos de segurança, funcionalidade, adequação ao interesse público, facilidade na execução da obra, sua conservação, manutenção, durabilidade, adaptações para portadores de necessidades especiais, adoção das normas técnicas de saúde e de segurança do trabalho), elaboração e acompanhamento de projetos, cronogramas, orçamentos, dentre outras que estejam relacionadas ao bom andamento das obras/reformas, sendo todas as atividades citadas, em conjunto com a Secretaria Municipal de Infraestrutura.

4. DOS EMPREENDIMENTOS A SEREM REALIZADOS

4.1. Os empreendimentos deverão ser planejados e concebidos de forma a utilizar as novas tecnologias de materiais existentes no mercado, com a finalidade de aperfeiçoar o tempo de construção, atendo para a funcionalidade, a economia, a eficiência energética e consciência ambiental, desde que observadas as condições deste Termo de Referência.

5. DO ESCOPO DOS SERVIÇOS A SEREM EXECUTADOS

5.1. O escopo básico dos trabalhos indispensáveis ao objeto desta licitação é apresentado na sequência, devendo a CONTRATADA estar sempre à disposição do município de Patos - PB, para cumprimento das finalidades requeridas, estando incluso no escopo os seguintes serviços:

1 - Prestar auxílio junto a Secretaria Municipal de Infraestrutura, quando da realização de obras e serviços de reformas, até a total conclusão dos serviços no que pertine a questões técnicas, orçamentárias e financeiras relativas ao fiel cumprimento das obrigações das empreiteiras;



ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PATOS
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO - CPL

- II - Elaborar projetos básicos e executivos de obras, conforme interesses do município de Patos - PB e/ou necessidades que possam surgir ao longo da vigência do contrato;
- III - Fazer o devido acompanhamento das obras e reformas, juntamente com a fiscalização das mesmas, sob supervisão da Secretaria Municipal de Infraestrutura, relatando o andamento, progresso e problemas de qualquer natureza bem como sugerindo soluções para tais;
- IV - Orientar de forma qualitativa e quantitativa quanto aos materiais a serem adquiridos e empregados nas obras, bem como de todos os serviços, tarefas e atividades a cargo de empresas contratadas e de seus subcontratados quando for o caso.
- V - Elaborar projetos, especificações, memoriais descritivos e demais documentos integrantes da documentação técnica fornecida pela Secretaria de Infraestrutura, para a execução dos serviços;
- VI - Propor medidas que busquem o aprimoramento de soluções quando forem constatadas "in loco" aplicações de métodos inadequados ou insuficientes, pela construtora;
- VII - Sistematizar informações sobre as diversas fases das obras através de relatórios parciais e finais, para fins de acompanhamento e controle, obedecendo aos padrões exigidos pela Secretaria de Infraestrutura;
- VIII - Executar outras atividades que lhe forem atribuídas em sua área de competência, como, por exemplo, o apoio a equipe de medição das obras.
- IX - Ter e manter atualizado um banco de dados contendo os documentos relevantes ao bom acompanhamento das obras, a exemplo dos projetos de engenharia, cronogramas, fotos, Anotações de Responsabilidade Técnica (ART's) orçamentos, licenças e outros documentos, bem como todas as revisões e alterações destes;
- X - Organização final da documentação geral da obra, com o arquivo de tudo, que se refere à mesma, inclusive em meio digital;
- 5.2. Deverão estar incluídos nesses serviços, todo o suporte necessário para a realização de melhorias, reformas, adequações, melhoramentos, etc.
- 5.3. Farão parte integrante do item acima quando necessários, orçamentos, planilhas de composição de custos, cronogramas, memória de cálculos;
- 5.4. É de responsabilidade da CONTRATADA prestar suporte ao ente fiscalizador na realização de todas as medições das várias partes das obras contratadas conforme cronograma físico-financeiro. Logo em seguida, informar à contratante por escrito o valor do efetivo desembolso a ser feito as empresas contratadas e prestadoras de serviços, se for o caso.
- 5.5. É de responsabilidade da CONTRATADA a elaboração de relatórios mensais de acompanhamento das obras e/ou reformas, quanto à fiel execução técnica, administrativa e financeira dos contratos.
- 5.6. Atuar junto às empresas e prestadoras de serviços, se for o caso, para entrega de toda a documentação técnica relativa às obras, incluindo sem limitação e quando necessário, os termos de garantia relativos aos equipamentos e/ou máquinas para as obras, adquiridas pela empresa contratada.



ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PATOS
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO - CPL

5.7. Caberá a contratada arcar com todas e quaisquer despesas decorrentes da prestação de serviços, incluindo sem limitação, impostos, taxas, honorários, viagens, alimentação do contratado, se for o caso.

6. PROJETO ARQUITETÔNICO:

6.1. O projeto arquitetônico deverá ser apresentado de forma completa e deverá contemplar os seguintes itens: levantamento cadastral (levantamento da edificação existente no local); projeto legal (a ser submetido a análise, visando aprovação e posterior vistoria nos diversos órgãos competentes; layout (apresentando mobiliário e equipamentos, com todos os detalhes pertinentes); compatibilização (apresentando sobre o layout todos os projetos complementares compatibilizados, com todos os detalhes pertinentes); projeto de sinalização e comunicação visual (integrando a parte já existente com a parte a ser ampliada, deverá contemplar todos os ambientes externos e internos, com mensagens e pictogramas direcionais, de localização e advertência, quadros de avisos, quadros informativos de pavimento, pôster de sinalização e outros elementos que se constituam em orientação em todas as áreas).

6.2. Todas as etapas de desenvolvimento do projeto arquitetônico deverão ser acompanhadas e liberadas pelo fiscal e pelo responsável pelo projeto.

6.3. O Programa de Necessidades será definido internamente em reuniões específicas. Esse estudo preliminar tem por objetivo definir o partido arquitetônico e os fluxos operacionais, além de servir de referencial para levantamento preliminar dos investimentos a serem realizados. Os projetos deverão ser compatibilizados com os existentes e obras em execução.

6.4. O projeto arquitetônico deverá ser totalmente detalhado. Além dos detalhes fornecidos pela Contratada, poderão ser solicitados detalhes específicos com o objetivo de dirimir dúvidas na forma ou técnica de execução.

6.5. O projeto deverá ser acompanhado de suas especificações técnicas, que serão avaliadas e aprovadas antes da entrega final do mesmo. Caso seja considerada necessária a ampliação ou complementação das especificações técnicas, caberá à Contratada a sua execução, mesmo que os trabalhos já tenham sido aceitos pela fiscalização. Tal material deverá ser suficiente para subsidiar o desenvolvimento dos projetos complementares: projeto estrutural e de fundações, projeto das instalações hidro-sanitárias, projeto das instalações elétricas e de sistema de proteção contra descargas atmosféricas (SPDA), projeto das instalações de telefonia e rede de dados (lógica), projeto das instalações de ar condicionado e exaustão, projeto de sinalização e comunicação visual, plano de prevenção e proteção contra incêndio (PPCI).

6.6. Deverão ser apresentados junto com o projeto, todas as planilhas com os quantitativos referentes ao conjunto dos serviços previstos, memórias de cálculo, bem como o seu orçamento detalhado em planilha de custo específica, e as especificações técnicas, que poderão ser ampliadas ou complementadas a pedido da fiscalização, mesmo que já tenham sido recebidas.

6.7. A Empresa Contratada ficará responsável pelo atendimento das diligências e comparecimentos enviados pelos órgãos responsáveis pelas aprovações dos projetos tantas vezes quantas forem necessárias até a obtenção de suas aprovações.

7. PROJETO ESTRUTURAL E DE FUNDAÇÕES:

7.1. O projeto estrutural deverá ser antecedido de estudos que permitam a avaliação do melhor tipo de fundação para as áreas a serem ampliadas e solução estrutural para as áreas a serem reformadas e ampliadas.



ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PATOS
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO - CPL

7.2. Caberá à Contratada do projeto estrutural e de fundações os estudos pertinentes para compatibilização dos elementos necessários à edificação existente e aos demais projetos complementares, para o perfeito acompanhamento das soluções necessariamente conjuntas.

8. PROJETO DAS INSTALAÇÕES HIDROSSANITÁRIAS:

8.1. Caberá à Contratada do projeto das instalações hidrossanitárias os estudos pertinentes para compatibilização dos elementos necessários à edificação existente e aos demais projetos complementares, para o perfeito acompanhamento das soluções necessariamente conjuntas.

8.2. Deverá ser elaborado projeto legal a ser submetido a análise, visando aprovação e posterior vistoria nos diversos órgãos competentes.

9. ORÇAMENTO DOS PROJETOS:

9.1. A elaboração do orçamento e detalhamento de sua execução deve abranger todos os projetos: projeto arquitetônico completo, projeto estrutural e de fundações, projeto das instalações hidrossanitárias, projeto das instalações elétricas e Sistemas de Proteção contra Descargas Atmosféricas (SPDA), projeto das instalações de telefonia e rede de dados (lógica), projeto das instalações de ar condicionado e exaustão e Plano de Prevenção e Proteção contra Incêndio (PPCI).

9.2. O orçamento deverá ser realizado baseado em tabelas oficiais, disponível nos sites dos órgãos respectivos. A Empresa Contratada deverá apresentar Memória de Cálculo das composições da Planilha Orçamentária. Além disso, deverá apresentar uma planilha com o detalhamento da composição do BDI (Bonificações e Despesas Indiretas), com seus respectivos percentuais praticados, segundo a metodologia preconizada pelo Acórdão 325/2007 do Tribunal de Contas da União (TCU). O valor do BDI não pode ser arredondado, sugerindo-se que sejam apresentados com dois significativos (ex.: BDI 12,34%).

9.3. O autor da planilha orçamentária deverá apresentar ART (Anotação de Responsabilidade Técnica) referente à elaboração da mesma. A Empresa Contratada deverá informar no escopo da Planilha Orçamentária e do Cronograma Físico-financeiro:

- Objeto do Plano de Trabalho aprovado;
- Endereço completo da obra;
- Data de elaboração do documento (dd/mm/aaaa);
- Data base de consulta da Tabela do SINAPI;
- Valor do BDI (%) praticado;
- Área de intervenção da obra.

9.4. Todos os documentos deverão ser assinados e carimbados pelo Gerente dos recursos e pelo responsável técnico pelo projeto.

9.5. A Secretaria Municipal de Infraestrutura, acompanhará o desenvolvimento dos orçamentos e poderá solicitar alterações e complementações, sempre que necessário.

10. EQUIPAMENTOS MÍNIMOS:

10.1 DE ELABORAÇÃO DE PROJETOS - A Contratada deverá utilizar a estrutura existente em seu escritório para a realização destes serviços, devendo dispor de todo material necessário para executar este serviço a contento, assim como equipamentos de informática, software de CAD, ou similar, serviços de plotagem de plantas em tamanho AO ou outra que a fiscalização determinar, inclusive com fornecimento



ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PATOS
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO - CPL

de papel e todo material de escritório e expediente necessário, bem como capacidade de gravação em CD dos documentos e plantas gerados. Estes custos estarão inclusos nos preços dos serviços.

10.2. Os projetos realizados pela Contratada passarão a ser de propriedade do município de Patos - PB, podendo esta fazer uso dos mesmos em mais de uma ocasião em local que lhe convier, sem direito a pagamentos extras e Direito Autoral do projeto por parte da Contratada.

10.3. Os serviços e os projetos serão solicitados através de uma Ordem de Início, sendo que no caso dos projetos os mesmos serão entregues em etapas, plotadas e impressas em papel sulfite, com prazos determinados.

11. DETALHAMENTO DOS PROJETOS:

11.1. Fase em que se desenvolverão os trabalhos de execução de todos os projetos e seus respectivos detalhamentos. Serão representadas em plantas, cortes, elevações, especificações e memorial de todos os pormenores de que se constitui a obra a ser executada, determinação dos elementos do sistema estrutural e dos pontos de distribuição das redes hidrossanitárias, elétricas, telefônicas, ar condicionado, etc. Esta fase será acompanhada em suas etapas a medida em que forem concluídas. A Contratada deverá apresentar à Secretaria de Infraestrutura todos os documentos do detalhamento dos projetos.

12. APROVAÇÃO DE PROJETOS:

12.1. A etapa de aprovação de projetos não terá prazo de entrega estipulado, visto depender da agilidade de terceiros. No entanto, à medida que os projetos forem sendo aprovados, consistirão em entrega de material em meio físico (1 jogo de cópias em papel sulfite carimbado) e meio magnético (1 cópia em CD).

13. DOS RELATÓRIOS E PRODUTOS

13.1. Como comprovação das atividades, deverão ser produzidos:

- a) Relatórios mensais individuais de acompanhamento de cada obra e/ou reforma que venha a ser realizada, incluindo quantidades e serviços executados, aspectos ambientais e relatório fotográfico, em conformidade com os projetos executivos e especificações técnicas, com todas as informações sobre o desenvolvimento das obras e serviços conforme modelo fornecido pela Secretaria Municipal de Infraestrutura;
- b) Elaborar relatório de conclusão da execução das obras e/ou reformas, individualmente;
- c) Emitir relatório específico de atendimento as demandas do BID, sempre que necessário;
- d) Os relatórios poderão ser apresentados em forma impressa (em duas vias) e em meio digital (CD's), de acordo com as normas da ABNT, podendo ser enviados também através de e-mail.
- e) Os relatórios deverão ser entregues para análise e aprovação por parte do Contratante.
- f) Será realizada uma reunião específica para a discussão da Minuta do Relatório Final ou de um documento final.

14. CONDIÇÕES DE REALIZAÇÃO DOS SERVIÇOS



ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PATOS
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO - CPL

14.1. A prestação dos serviços deverá ser de forma eventual, por meio de solicitação pela CONTRATANTE devendo a CONTRATADA atender ao chamado da CONTRATANTE no prazo de, no máximo, 04 (quatro) horas.

14.2. A CONTRATADA deverá fornecer a Secretaria de Infraestrutura os números de telefones comercial para atendimento das chamadas excepcionais, quando o caso assim exigir.

15. CONDIÇÕES DE ACEITAÇÃO DOS SERVIÇOS

15.1. A empresa vencedora obriga-se a executar o objeto em conformidade com as especificações descritas, sendo de sua inteira responsabilidade substituições parciais ou totais, caso não estejam em conformidade com as condições deste Termo de referência.

15.2. Serão recusados em todo ou em parte o objeto que não atenda as especificações constantes neste termo e seus anexos e/ou que não estejam adequados.

15.3. Todas as despesas necessárias a realização do objeto, tais como principais e acessórias, correrão à custa exclusivamente do(a) Contratado(a).

16. ESPECIFICAÇÃO

ITEM	ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO/SERVIÇO	QUANT (MÊS)	VALOR MENSAL R\$	VALOR TOTAL R\$
01	Contratação de empresa especializada para prestação de serviços técnicos profissionais de engenharia e topografia para elaboração de levantamentos topográficos, elaboração de Projetos e Consultoria nas obras do município de Patos - PB	12	32.064,64	384.775,68,64

17. LOCAL E FORMA DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

- A CONTRATADA deverá prestar os serviços no local solicitado pela Secretaria Municipal de Infraestrutura, desta Prefeitura.
- A CONTRATADA deverá executar os serviços utilizando-se dos materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios próprios, necessários à perfeita execução contratual, conforme disposto no Termo de Referência.

18. FORMA DE PAGAMENTO

- Os pagamentos serão realizados de acordo com as medições aprovadas pelo Setor de Engenharia e Obras Pública da Prefeitura Municipal de Patos-PB, através da fiscalização dos serviços, realizada por engenheiro especialmente designado.
- O pagamento será efetuado em até 30 (trinta) dias contados a partir da apresentação da nota fiscal que deverá indicar o número da conta corrente, agência e banco, para a emissão da respectiva ordem bancária de pagamento.
- A liberação do pagamento ficará condicionada a consulta prévia verificação da situação da CONTRATADA em relação às condições de habilitação e qualificação exigidas também no processo licitatório, cujo resultado será impresso e juntado aos autos do processo.



ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PATOS
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO - CPL

- d. No caso de incorreção nos documentos apresentados, inclusive na Nota Fiscal/Fatura, serão devolvidos à **CONTRATADA** para as correções necessárias, não respondendo a **CONTRATANTE** por quaisquer encargos resultantes de atrasos na liquidação dos pagamentos correspondentes.

19. FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO

- a. A gestão financeira será exercida pelo Secretário Municipal de Finanças e a fiscalização da execução dos serviços pelo engenheiro lotado na Secretaria Municipal de Infraestrutura - SEINFRA, expressamente designado pelo Prefeito do Município, que atuará juntamente com o gestor de contratos, aos quais competirão dirimir as dúvidas que surgirem no curso da execução dos serviços, e de tudo dar ciência à Administração.
- b. A fiscalização de que trata o parágrafo anterior não exclui nem reduz a responsabilidade da **CONTRATADA**, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior, e na ocorrência desta, não implica em co-responsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos, em conformidade com o art. 70 da Lei nº. 8.666 de 1993.
- c. O(s) fiscal (is) do contrato anotará (ão) em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, indicando dia, mês e ano, bem como, o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

20. OBRIGAÇÕES

20.1. DA CONTRATADA

- a. Executar os serviços conforme especificações estabelecidas no Edital, Termo de Referência, Projeto Básico e seus anexos, empregando boa técnica.
- b. Iniciar e entregar os serviços dentro do(s) prazo(s) previsto(s), conforme demanda apresentada pela Secretaria de Infraestrutura.
- c. Quando exigido pela legislação devido ao tipo dos serviços, a **CONTRATADA** deverá obter todo e qualquer tipo de licença, inclusive ambiental, junto aos órgãos fiscalizadores e concessionários de serviços públicos, para a execução destes serviços, bem como, após sua execução, os documentos que certifiquem que estão legalizados perante estes órgãos e concessionários.
- d. Responder, em relação aos seus empregados, por todas as despesas decorrentes dos serviços, em época própria, tais como: salários, custos de reciclagem, uniformes, exames de saúde física e mental e de aptidão psicológica, seguros de acidentes, seguros de vida, auxílio-funeral, taxas, impostos e contribuições, indenizações, auxílio alimentação/refeição, vale-transporte, etc., quando concernente, e outras que porventura venham a ser criadas e exigidas por lei.
- e. Recolher todos os encargos previdenciários e obrigações sociais previstos na legislação social e trabalhista em vigor, obrigando-se a saldá-los em época própria, apresentando as respectivas certidões negativas à **CONTRATANTE** para fins de liquidação dos pagamentos devidos à **CONTRATADA**.
- f. Atender todas as providências e obrigações estabelecidas na legislação específica de acidentes de trabalho, inclusive o transporte, quando em ocorrência da espécie forem vítimas os empregados durante a execução dos serviços.
- g. Não vincular o pagamento de salários e demais vantagens dos empregados aos pagamentos das faturas efetuadas pela **CONTRATANTE**.



ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PATOS
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO - CPL

- b. Responder por qualquer ato doloso ou culposo causado por seus empregados ao patrimônio da CONTRATANTE, ou de terceiros, ainda que omissão involuntária, devendo ser adotadas, dentro do prazo de 48 (quarenta e oito) horas, as providências necessárias ao ressarcimento.
- i. Manter, durante toda a duração do contrato, compatibilidade com as obrigações assumidas, as condições de habilitação e qualificação exigidas para participação na licitação.
- j. Manter sede, filial ou escritório de atendimento na cidade local de prestação dos serviços.
- k. Reparar, corrigir, remover, refazer ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes de execução ou de materiais empregados, nos termos da Lei nº. 8.666/93.
- l. Atender minuciosamente todas as Normas Regulamentadoras do Ministério do Trabalho e Emprego, da ABNT (Associação Brasileira de Normas Técnicas) e demais normas pertinentes durante a execução do contrato.
- m. Possuir em seu quadro permanente de funcionários, durante a execução dos serviços, pelo menos um engenheiro civil (responsável técnico devidamente cadastrado no CREA - Conselho Regional de Engenharia e Agronomia), com capacidade técnica equivalente ou superior ao objeto contratado, bem como, possuir encarregado de serviço, que deverá permanecer no local da obra durante todas as horas de trabalho e pessoal especializado de comprovada competência.
- n. Sujeitar-se a mais ampla e irrestrita fiscalização por parte do(s) servidor(es) da CONTRATANTE, encarregado(s) de acompanhar a execução do contrato prestando todos os esclarecimentos que forem solicitados e atendendo as reclamações formuladas.

20.2. DA CONTRATANTE

- a. Efetuar o pagamento correspondente à prestação do serviço contratado.
- b. Assegurar-se da boa qualidade dos serviços entregues, verificando sempre o seu bom desempenho.
- c. Comunicar à CONTRATADA toda e qualquer ocorrência relacionada com a execução dos serviços.
- d. Fornecer a qualquer tempo e com máximo de presteza, mediante solicitação escrita, informações adicionais, bem como, dirimir dúvidas e orientar a CONTRATADA em todos os casos omissos.
- e. Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da CONTRATADA, através de servidor especialmente designado.

21. DAS INFRAÇÕES E SANÇÕES APLICÁVEIS

- a. Aplica-se o disposto na Lei nº. 8.666/93 e legislação vigente, no Edital e na Minuta do Contrato.

21. INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES

- a. A empresa vencedora deverá ter infra-estrutura para o funcionamento ininterrupto dos serviços.
- b. Correrão por conta da empresa vencedora, todas as despesas que incidirem sobre os serviços tais como: materiais, mão de obra, transporte, tributos, seguros, encargos trabalhistas e previdenciários, e outras despesas que diretamente ou indiretamente incidirem nos serviços.

Maikon Roberto Minervino
Presidente da Comissão Permanente de Licitações



ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PATOS
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO - CPL

ANEXO III

MINUTA DO CONTRATO

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº: 039/2018
TOMADA DE PREÇOS Nº: 04.004/2018
DO TIPO: MENOR PREÇO
TERMO DE CONTRATO N.: ____/2018

CONTRATO DE EMPREITADA POR PREÇO GLOBAL
QUE, ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE PATOS-
PB, E A EMPRESA

PREÂMBULO:

DOS CONTRATANTES

O MUNICÍPIO DE PATOS, Estado de Paraíba, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob nº 9.084.815/0002-70, com endereço a Av. Epitácio Pessoa, nº 91 - Centro, neste ato, representado pelo Prefeito Municipal, o Sr. **DINALDO MEDEIROS WANDERLEY FILHO**, brasileiro, casado, residente e domiciliado à Rua _____, na cidade de Patos - PB, inscrito na Cédula de Identidade RG sob o nº _____ SSP/PB e do CPF nº _____, doravante denominado simplesmente CONTRATANTE e de outro lado a Empresa: _____, sediada à _____, inscrita no CNPJ/MF nº _____, neste ato representada pelo Sr. _____, residente e domiciliado à _____, portador do CPF nº _____, RO nº _____, denominada simplesmente CONTRATADA.

DO LOCAL E DATA

Lavado e assinado na sede da Prefeitura Municipal de Patos, aos _____ dias do mês de _____ de 2018.

DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

A presente adjudicação decorre da Tomada de Preços Pública nº 04.004/2018, realizada em _____, na forma da Lei nº 8.666 de 21.06.93 e homologação do Sr. Prefeito Municipal, que ficam fazendo parte integrante do presente contrato, restando-o, no que for omissivo.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO DO CONTRATO E ESPECIFICAÇÃO

1.1. Constitui o objeto deste contrato a Contratação de empresa especializada para prestação de serviços técnicos profissionais de engenharia e topografia para elaboração de levantamentos topográficos, elaboração de Projetos e Consultoria nas obras do município de Patos - PB, conforme os Memoriais, Planilhas, anexo ao Processo Administrativo Nº 039/2018, e valores constantes no ANEXO I deste Termo de Contrato.

Parágrafo Primeiro

Faz parte integrante desse contrato, para todos os fins de direito, independentemente de transcrição, os seguintes documentos:



ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PATOS
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO - CPL

Parágrafo Quarto As notas fiscais relativas às medições de serviços serão obrigatoriamente, acompanhadas das respectivas folhas de medição, que deverão conter o visto e a aprovação da fiscalização da CONTRATANTE;

Parágrafo Quinto O faturamento deverá ser apresentado com os documentos conforme segue, de modo a padronizar condições e forma de apresentação:

- a) nota fiscal/fatura com discriminação resumida dos serviços executados de acordo com a medição efetuada, número do Processo Administrativo e nº do Ato Dispensa de licitação, número do Contrato de Empitada e outros dados que julgar convenientes, sem rasuras e/ou entrelinhas;

Parágrafo Sexto Não haverá pagamento, sob qualquer alegação ou pretexto, de equipamento ou de pessoal paralisado.

Parágrafo Nono A CONTRATANTE não efetuará adiantamentos financeiros relativos a serviços objeto deste contrato, executado parcialmente ou a executar.

CLÁUSULA SEXTA, DOS REAJUSTAMENTO

Parágrafo primeiro - A parcela dos preços contratuais em moeda corrente brasileira será reajustável com periodicidade anual de 12 meses, tomando-se por base a data de apresentação das propostas.

Parágrafo segundo - Após o prazo previsto no parágrafo primeiro desta cláusula, as parcelas remanescentes serão reajustadas pelo Índice Nacional do Custo da Construção (INCC) - Obras Cíveis, com a aplicação da seguinte fórmula de reajuste:

$$R = \frac{I_1 - I_0}{I_0} \times V$$

Onde:

R = Valor de reajustamento

I_1 = Índice do 12º mês após a apresentação das propostas

I_0 = Índice do mês de apresentação das propostas

V = Valor das obras e/ou serviços realizados a preços iniciais

- a) caso o valor do índice não esteja disponível na data do cálculo do reajuste, utilizar-se-á o índice disponível e o cálculo do reajuste será corrigido no certificado de pagamento seguinte.

Parágrafo terceiro - Os preços contratuais não serão reajustáveis no caso de atrasos injustificados, no prazo contratual das obras e/ou serviços.

Parágrafo quarto - As condições de reajustamento de preços acima estipuladas poderão vir a ser alterada, caso ocorra a superveniência de normas federais ou estaduais que disponham de forma diferente sobre a matéria.



ESTADO DA PARAIBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PATOS
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO - CPL

CLÁUSULA SÉTIMA - DOS RECURSOS FINANCEIROS

7.1. A despesa advinda da execução deste contrato será financiada com recursos das seguintes dotações orçamentária, do vigente orçamento:

Unidade Orçamentária: 02.070 - Secretaria de Infraestrutura
Classificação Funcional: 15 122 2007 2021
Elemento de Despesa: 3390.36/3390.39

Unidade Orçamentária: 02.150 - Secretaria de Serviços Públicos
Classificação Funcional: 15 122 2015 2105
Elemento de Despesa: 3390.36/3390.39

CLÁUSULA OITAVA - DO PRAZO E DA VIGÊNCIA

8.1. O prazo para execução dos serviços é de 12 (doze) meses, contados a partir do recebimento da Ordem de Serviço, podendo este prazo ser prorrogado segundo entendimento das partes.

Parágrafo Primeiro As condições de aceitação dos serviços deverão ser aprovadas pela Secretaria de Infraestrutura.

Parágrafo Segundo A concessão de prorrogação de prazo dependerá de prévia solicitação da CONTRATADA, por escrito, até 10 (dez) dias antes de se esgotarem os prazos estabelecidos.

Parágrafo Terceiro Não será considerado como inadimplemento contratual os atrasos provocados por motivos de comprovada força maior, desde que notificados no prazo de 48 (quarenta e oito) horas após o evento e aceitos pela CONTRATANTE.

Parágrafo Quarto A fiscalização da CONTRATANTE, ao considerar as obras e/ou serviços parcial ou totalmente concluídos, executará as seguintes atividades:

- Verificará a compatibilidade dos serviços com o disposto neste contrato;
- Determinará à CONTRATADA a correção de quaisquer defeitos ou imperfeições constatados na elaboração dos respectivos projetos;
- Providenciará a elaboração do termo de recebimento, provisório ou definitivo, conforme o caso.

Parágrafo Quinto Para recebimento definitivo, a CONTRATADA deverá apresentar um original e 03 (três) cópias dos projetos (Arquitetônico, Estrutural, Elétrico, Hidráulico e Sanitário), compreendendo plantas e memoriais descritivos e de cálculos, nos quais constará minuciosa discriminação de todos os serviços a serem executados.

Parágrafo Sexto Aceitas as obras e os serviços, a responsabilidade da CONTRATADA pela qualidade, correção e segurança dos trabalhos subsistirá, na forma da lei.

CLÁUSULA NONA - DA ALTERAÇÃO DO CONTRATO

9.1. O presente contrato poderá ser alterado:



ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PATOS
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO - CPL

9.1.1. Unilateralmente, pelo Município, quando: "for necessária a modificação da amplitude contratual, decorrente de acréscimo ou supressão quantitativa de seu objeto, observando-se, neste caso, o limite de 25% (vinte e cinco por cento)".

9.1.2. Por acordo entre as partes, quando:

- For necessária a modificação da forma de pagamento, por imposição de circunstância superveniente, mantidos o valor e as condições de pagamento iniciais;
- For necessária a modificação do regime de entrega;
- For necessário restabelecer a relação que as partes pactuaram inicialmente entre os encargos do contrato e a retribuição da Administração, para a justa remuneração do fornecimento, objetivando a manutenção do inicial equilíbrio econômico e financeiro;
- Por motivos de força maior.

CLÁUSULA DÉCIMA - DAS SANÇÕES

10.1. A inexecução ou execução parcial do contrato sujeitará a CONTRATADA, garantindo-se-lhe prévia defesa, às seguintes sanções:

- Advertência;
- Suspensão temporária do direito de participar de licitações promovidas pela Prefeitura Municipal de Patos e impedimento de contratar com o mesmo por um prazo de 03 (três) meses a 05 (cinco) anos;
- Rescisão, com as consequências contratuais e as previstas em lei.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DA RESCISÃO

11.1. Este contrato poderá ser rescindido, a qualquer momento, por inadimplência de qualquer das partes contratantes, recebendo a CONTRATADA o valor dos serviços necessários efetivamente entregues até a data da rescisão, ou em virtude de ocorrência de algum dos motivos elencados no art. 77 à 80 da Lei n.º 8666/93, inclusive sem direito a indenizações e rescindindo de forma unilateral.

Parágrafo Primeiro

A CONTRATANTE reserva-se o direito de rescindir ou revogar no todo ou em parte, de pleno direito, este contrato, independentemente de interpelação judicial ou extrajudicial, sem que caiba à CONTRATADA direito a indenização de qualquer espécie, quando ocorrer:

- O descumprimento das cláusulas contratuais, especificações e prazos, bem como de obrigações previstas na legislação que rege o presente;
- A paralisação dos serviços sem justa causa e sem prévia comunicação à Prefeitura Municipal de Patos;
- A subcontratação total ou parcial do objeto, a associação da contratada com outrem, a cessão, sub-rogação ou transferência, total ou parcial, bem como a fusão, cisão ou incorporação, sem a anuência expressa da contratante;
- Manifesta irresponsabilidade por parte da CONTRATADA de cumprir com as obrigações assumidas;
- Procedimento irregular da CONTRATADA, que venha causar transtornos ou prejuízos para a Prefeitura Municipal de Patos e/ou terceiros.
- Falência, concordata ou dissolução da CONTRATADA;



ESTADO DA PARAIBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PATOS
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO - CPL

- g) O não recolhimento, nos prazos previstos, das multas impostas à CONTRATADA;
- h) Descumprimento, pela CONTRATADA, das determinações da fiscalização da CONTRATANTE;
- i) Inobservância dos projetos e especificações e/ou normas técnicas aprovadas pela CONTRATANTE;
- j) Caução ou utilização deste contrato, para qualquer operação financeira sem a prévia autorização da CONTRATANTE;
- k) Outros, conforme previsto no art. 78. da Lei federal nº 8.666 de 21 de junho de 1993 e suas últimas modificações.

Parágrafo Segundo

A rescisão do contrato ocorrerá unilateralmente por interesse da Prefeitura Municipal de Patos, e ou fundamentada no artigo 78 da lei 8.666/93, o que acarretará as seguintes consequências, sem prejuízo de outras de caráter civil ou criminal, se necessárias:

- a) Assunção imediata do objeto do contrato, por ato próprio da Prefeitura Municipal de Patos, mediante lavratura de termo circunstanciado;
- b) Responsabilização da CONTRATADA por prejuízos causados à Prefeitura Municipal de Patos.

Parágrafo Terceiro

No caso de rescisão por parte da CONTRATADA deverá esta notificar à Prefeitura Municipal de Patos num prazo não superior a 60 (sessenta) dias, com conteúdo fundamentado e comprovado, que será apreciado e deverá ter concordância da Prefeitura.

Parágrafo Quarto

O contrato poderá também ser rescindido por mútuo acordo, desde que haja interesse público e conveniência para a Administração, quando assegurado à contratada o pagamento do valor dos serviços executados até a data da rescisão.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA SUSPENSÃO DA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

12.1. A CONTRATANTE poderá, em qualquer ocasião, desde que com pré-aviso de 30 (trinta) dias, suspender temporariamente, no todo ou em parte, a execução dos serviços contratados. Neste caso, serão acordados novos prazos para a retomada dos serviços e estudadas as implicações decorrentes desta interrupção.

Parágrafo único - Se a suspensão dos serviços vier a impor-se como definitiva, este contrato será rescindido, na forma estabelecida na cláusula nona.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DAS FALHAS OU OMISSÕES DAS ESPECIFICAÇÕES

13.1. Quaisquer requisitos indicados nos desenhos, e que não constem das especificações, ou vice-versa, ou não indicados em ambos, porém necessários ao cumprimento da finalidade deste contrato, deverão ser cumpridos pela CONTRATADA tal como se houvessem sido estipulados e indicados tanto nos desenhos quanto nas especificações.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DA MULTA



ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PATOS
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO - CPL

14.1. Caso a CONTRATADA não cumpra as condições de execução declarada em sua Proposta aprovada pela CONTRATANTE, ficará sujeita às seguintes penalidades, sem prejuízo da ação civil e criminal que couber, e garantido ainda a prévia defesa:

Parágrafo Primeiro Multas pecuniárias por atraso injustificado na execução da obra :

- a) multa de 0,1% (zero vírgula um por cento) do valor contratual:
- I. Por dia de atraso no início da execução dos serviços;
 - II. Por dia consecutivo que exceder a data prevista para conclusão das obras;
 - III. Por dia consecutivo de atraso na colocação da placa da obra;

Parágrafo Segundo Multa de 1% (um por cento) do valor contratual quando, por ação, omissão ou negligência, a contratada infringir quaisquer das demais obrigações contratuais que não gere inexecução do contrato;

Parágrafo Terceiro ~~para inexecução total ou parcial do contrato~~, além da aplicação das multas previstas anteriormente, poderá a Prefeitura Municipal de Patos, garantida prévia defesa no prazo de 05 (cinco) dias úteis, em processo administrativo, aplicarmos, à contratada, as seguintes penalidades:

- a) Advertência por escrito;
- b) Multa de 10% sobre o valor total do contrato;
- c) Suspensão do direito de licitar e contratar com a Prefeitura Municipal de Patos por até 2 (dois) anos, nos casos em que a inadimplência acarretar prejuízos à Prefeitura Municipal de Patos;

Parágrafo Quarto As multas e demais penalidades, aqui previstas, serão aplicadas sem prejuízo das sanções civis ou penais cabíveis ou de processo administrativo.

Parágrafo Quinto A multa será cobrada pela contratante de acordo com o estabelecido pela legislação pertinente. Caso a contratada não venha a recolher a multa devida dentro do prazo determinado, a mesma será descontada do valor das parcelas de pagamento vincendas.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DAS RESPONSABILIDADES DA CONTRATANTE

15.1. A CONTRATANTE deverá prestar à CONTRATADA todas as informações julgadas necessárias, quando solicitadas por escrito, em prazo não superior a 10 (dez) dias corridos.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DAS RESPONSABILIDADES DA CONTRATADA

16.1. É obrigação de a CONTRATADA executar a obra e os serviços, obedecendo às especificações, itens, subitens, elementos, projetos, desenhos, detalhes, instruções fornecidas pela Prefeitura Municipal de Patos e condições gerais e específicas do Processo Administrativo Nº 039/2018.

Parágrafo Primeiro Eventuais anormalidades que a CONTRATADA apure terem ocorrido no projeto, na execução das obras e/ou serviços e que possam comprometer a sua qualidade, deverão ser comunicadas por escrito à CONTRATANTE, sem prejuízo de sua responsabilidade.



ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PATOS
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO - CPL

Parágrafo Segundo

A CONTRATADA se compromete a ressarcir os danos ou prejuízos causados à CONTRATANTE e às pessoas e bens de terceiros, ainda que ocasionados por ação ou omissão do seu pessoal ou de prepostos.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - DA SUBCONTRATAÇÃO, CESSÃO OU TRANSFERÊNCIA DO CONTRATO

17.1. O critério exclusivo e mediante prévia e expressa autorização da Prefeitura Municipal de Patos, poderá a Contratada durante a execução do contrato, sem prejuízo das responsabilidades contratuais e legais, subcontratar partes dos serviços, devendo no caso, os ajustes de subcontratações serem aprovados pela Prefeitura Municipal de Patos. A Contratada, entretanto, será responsável perante a Prefeitura pelos serviços dos subcontratados, podendo, no caso de culpa destes, rescindir os respectivos ajustes.

17.2. Em razão de eventual autorização por parte da CONTRATANTE, que permita a Subcontratação de empresa para realizar partes dos serviços, estes serviços deverão ser detalhados previamente, bem como a empresa subcontratada, deverá comprovar perante a CONTRATANTE, que encontra-se regular com suas obrigações fiscais e trabalhistas, bem como deve comprovar ainda, através de Atestado/Declaração de Capacidade Técnica, que já realizou o serviço ajustado, com satisfação, sendo vedado a apresentação de Atestado/Declaração de Capacidade Técnica, emitido em próprio nome.

17.3. Os comprovantes acima solicitados, serão obrigatoriamente, anexados ao Livro/Diário de Fiscalização do serviços, bem como rubricados pelo Fiscal do Contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA - DOS TRIBUTOS

18.1. Qualquer alteração, criação ou extinção de benefícios fiscais ou de tributos (impostos, taxas ou encargos legais), de comprovada repercussão nos preços ora contratados, impossibilitando a execução deste contrato, facultará às partes a sua revisão, para mais ou para menos, por mútuo e expresso acordo.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA - DAS QUESTÕES DIVERSAS

19.1. O presente contrato fica vinculado aos dispositivos da Lei 8666-93, de 21/06/93 e suas posteriores modificações;

19.2. A CONTRATADA reconhece, para todos os efeitos, a vinculação deste contrato ao Processo Administrativo nº 039/2018.

19.3. A CONTRATADA se obriga a manter, durante toda a execução deste contrato, em compatibilidade das obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

19.4. A CONTRATADA se obriga a executar os serviços necessários na forma da proposta aqui contratada, observando fielmente o qualitativo e o valor das requisições;

19.5. A CONTRATADA se obriga a apresentar as faturas preenchidas de forma correta e em valores correspondentes às requisições, em tempo de serem processadas;

19.7. A CONTRATADA se obriga a atender de imediato a empreitada aqui contratada e em nenhuma hipótese atrasar o atendimento.



**ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PATOS
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO - CPL**

19.8. A CONTRATANTE poderá, em qualquer ocasião, desde que com pré-aviso de 30 (trinta) dias, suspender temporariamente, no todo ou em parte, as obras contratadas. Neste caso, serão acordados novos prazos para a retomada das obras e estudadas as implicações, decorrentes desta interrupção.

CLÁUSULA VIGÉSIMA - DOS CASOS OMISSOS

20.1. Os casos omissos neste Contrato serão resolvidos pela legislação aplicável à espécie, em especial pela Lei nº 8.666, de 21 de Agosto de 1993 e alterações posteriores.

CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA - DO FORO

21.1. A interpretação e aplicação dos termos deste contrato serão regidas pelas leis brasileiras e o juízo da cidade de Patos, Estado de Paraíba, terá jurisdição e competência sobre qualquer controvérsia resultante deste contrato, constituindo assim o FORO de eleição, prevalecendo sobre qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

21.2. Aplicam-se a este contrato, ~~como se expressos fossem~~ todos os dispositivos legais pertinentes a contratos administrativos.

E, por se acharem assim justas e contratadas, assinam o presente em 03 (Três) vias de igual teor e forma, na presença de 02 (duas) testemunhas idôneas.

Patos - PB, _____ de _____ de 2018.

Prefeitura Municipal de Patos
DINALDO M. WANDERLEY FILHO
Prefeito Municipal
Contratante

Empresa _____
Responsável _____
Representante Legal
Contratada

Secretaria Municipal de Infraestrutura

Secretário(a)

Comissão Permanente de Licitação - CPL

Assessor Jurídico
Advogado - OAB nº _____

Testemunhas:

1º: _____

CPF: _____

2º: _____

CPF: _____



ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PATOS
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO - CPL

ANEXO I

- Planilha de Detalhamento de Execução e Valores dos Serviços -

ITEM	ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO/SERVIÇO	QUANT (MÊS)	VALOR MENSAL R\$	VALOR TOTAL R\$
01	Contratação de empresa especializada para prestação de serviços técnicos profissionais de engenharia e topografia para elaboração de levantamentos topográficos, elaboração de Projetos e Consultoria nas obras do município de Patos - PB	12		

ORÇAMENTO

SINAPI	DESCRIÇÃO DO INSUMO	UNID.	QUANTIDADE	VALOR UNIT.	VALOR UNIT. C/REH	VALOR MENSAL	VALOR TOTAL (12 MESES)
90778	Engenheiro civil de obras plano com encargos complementares	h	176,000				
88255	Auxiliar técnico de engenharia com encargos complementares	h	352,000				
90781	Topógrafo com encargos complementares	h	48,000				
88253	Auxiliar de topógrafo com encargos complementares	h	48,000				
88597	Desenhista detalhista com encargos complementares	h	176,000				
VALOR TOTAL (R\$)							

Patos - PB, de _____ de 2018

Prefeitura Municipal de Patos
DINALDO M. WANDERLEY FILHO
Prefeito Municipal
Contratante

Empresa _____
Responsável: _____
Representante Legal
Contratada

Secretaria Municipal de Infraestrutura

Secretário(a)

Comissão Permanente de Licitação - CPL

Assessor Jurídico
Advogado - OAB nº _____